



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUM

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº04/2026

OBJETO: O REGISTRO DE PREÇOS, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de consumo, especificamente materiais de expediente, a fim de atender as necessidades da Administração Pública, conforme especificações contidas neste Termo de Referência.

DA DATA E HORA DA SESSÃO PÚBLICA

A sessão pública será realizada no site **www.licitanet.com.br**, nas seguintes condições:

INÍCIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: Às 09h:30 min do dia 04 de março de 2026

ABERTURA DA SESSÃO: Às 11hrs:00 min do dia 18 de março de 2026

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por Item

MODO DE DISPUTA: Aberto

ITEM	ASSUNTO DO ITEM NO EDITAL
1	DO OBJETO
2	DO REGISTRO DE PREÇOS
3	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
4	DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
5	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
6	ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
7	DA FASE DE JULGAMENTO
8	DA FASE DE HABILITAÇÃO
9	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
10	DOS RECURSOS
11	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
12	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS
13	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
14	MINUTA DO CONTRATO



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM**

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 18//2026

EDITAL

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Torna-se público que **O MUNICÍPIO DE MARUIM - ESTADO DE SERGIPE**, pessoas jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.109.350/0005-66, com sede na Praça Barão de Maruim S/N, Centro, Maruim- Sergipe, realizará licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tendo como Órgãos Participantes, **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARUIM**, pessoas jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.482.222/0001-04, com sede Rua Alvaro Garcez, S/N Boa Hora Maruim – SE CEP: 49770-000 e o **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MARUIM - SERGIPE**, pessoa jurídica de direito público, situado na Praça Barão de Maruim 66 – Centro, CEP:49770-000, CNPJ Nº 14.515.279/0001-50, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, , Decreto Municipal Nº 126/2023, Decreto Municipal nº 126/2023,Decreto Municipal nº 214/2025, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é **REGISTRO DE PREÇOS**, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de consumo, especificamente materiais de expediente, a fim de atender as necessidades da Administração Pública, conforme especificações contidas neste Termo de Referência.

A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando- se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. **PODERÁ PARTICIPAR** desta licitação qualquer pessoa jurídica, devidamente credenciados na Plataforma Eletrônica do Licitanet (licitanet.com.br).

3.1.1. Os itens de 1 a 71 e 73 a 158 serão exclusivos para ME e EPP;

3.1.2. O item 72 será de ampla concorrência



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUM

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no **artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021**, nos limites previstos da **Lei Complementar nº 123, de 2006** e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

- I- aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- II- autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- III- empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- IV- pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- V- aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- VI- empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si; pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- VII- agente público do órgão ou entidade licitante;
- VIII- *pessoas jurídicas reunidas em consórcio¹;*
- IX- Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- X- Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme **§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021**.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.7, IV- será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7. Inciso II e 3.7. Inciso III, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.7. Inciso II e 3.7. Inciso III, não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.7. Inciso VIII, estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

¹ NE - Justificativa para vedação de Consórcio: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” no Pregão em tela



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1. Inciso I e 8.12. Inciso I deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

I- está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

II- não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

III- não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

IV- cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O Fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

I- no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

II- nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

- I- a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- II- os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. o valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo Fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

- I- valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- II- percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- I- Valor unitário do item;
- II- Marca;
- III- Fabricante;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

I- O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

II- Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

III- Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.11. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.12. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 1,00 (Um real)**.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

I- A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

II- A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

III- Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

IV- Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

V- Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

I- A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

II- Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

III- No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

IV- Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

V- Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

I- Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUM

II- A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

III- A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

IV- Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

V- Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

VI- Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

I- Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

II- A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

III- Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

IV- No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUM

sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

I- Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.I.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.I.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.I.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.I.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

II- Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.II.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.II.2. empresas brasileiras;

6.21.II.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.II.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

I- A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

II- A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

III- O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

IV- O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

V- É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I- SICAF;
II- Portal eletrônico do TCU, na ferramenta de pesquisa consolidada de pessoa jurídica, disponível no endereço <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

I- A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

II- O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

III- Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

I- conter vícios insanáveis;

II- não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

III- apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

IV- não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V- apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

I- A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

- 7.8.I.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
7.8.I.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- I- Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
II- No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e **pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;**
III- No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
IV- Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

- I- Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
II- Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico- financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

- I- O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
II- Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUM

7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

I- A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico - financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

I- Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% (vinte por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação poderá ser verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

I- Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

I- A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

I- Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no **PRAZO DE DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

II- Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13. A exigência dos documentos de habilitação será feita em relação ao licitante vencedor.

I- Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

II- Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

I- complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

II- atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUM

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.I-.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos prestadores de serviços, será divulgado no site do Município e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso da prestação dos serviços nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUM

- licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- I- a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - II- o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
 - III- o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - IV- na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada à vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- I- deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - II- Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 11.1.II.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 11.1.II.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 11.1.II.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 11.1.II.4. deixar de apresentar amostra;
 - 11.1.II.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - III- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 11.1.III.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - IV- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
 - V- fraudar a licitação



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

- VI- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 11.1.VI.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 11.1.VI.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 11.1.VI.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- VII- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- VIII- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- I- advertência;
- II- multa;
- III- impedimento de licitar e contratar e
- IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I- a natureza e a gravidade da infração cometida.
- II- as peculiaridades do caso concreto
- III- as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- IV- os danos que dela provierem para a Administração Pública
- V- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

- I- Para as infrações previstas nos itens 11.1.I-, 11.1.II- e 11.1.III-, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- II- Para as infrações previstas nos itens 11.1.IV-, 11.1.V-, 11.1.VI-, 11.1.VII- e 11.1.VIII-, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1. Inciso I, 11.1. Inciso II e 11.1. Inciso III, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1. Inciso IV, 11.1. Inciso V, 11.1. Inciso VI, 11.1. Inciso VII e 11.1. Inciso VIII, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.I-, 11.1.II- e 11.1.III- que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUM

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item

11.1. Inciso III, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pela* Plataforma Eletrônica do Licitanet (**licitanet.com.br**).

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

I- A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DO CONTRATO

13.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

- 13.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo;
- 13.2.2 e a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 13.3 Será formalizado o contrato do item constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições. A existência de preços registrados implicará compromisso da prestação dos serviços nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.
- 14.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis no endereço eletrônico www.maruim.se.gov.br e licitanet.com.br.
- 14.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 14.11.1 **ANEXO I - Termo de Referência;**
- 14.11.2 **ANEXO II - Minuta de Ata de Registro de Preços**
- 14.11.3 **ANEXO III- Minuta do Contrato**

Maruim/SE, 03 de março de 2026.

ELAINE CARLOS SANTOS RIBEIRO
AGENTE PÚBLICO



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de consumo, especificamente materiais de expediente.

INTERESSADOS:

Prefeitura Municipal de Maruim;
Secretaria Municipal de Assistência Social, Habitação e Trabalho;
Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6º, Inciso XXIII, alínea “a” da Lei 14.133/2021)

O presente instrumento tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS**, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de consumo, especificamente materiais de expediente, a fim de atender as necessidades da Administração Pública, conforme especificações contidas neste Termo de Referência.

2. ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

Item	Código	Descrição	Especificação	Und.	Qtd. Total	Valor de Referência Unitário	Valor Total
1	9145	ALMOFADA PARA CARIMBO Nº 03 PRETA, AZUL E VERMELHA	ALMOFADA PARA CARIMBO Nº 03 PRETA, AZUL E VERMELHA	UND	300	3,7300	R\$ 1.119,00
2	8988	APONTADOR C/DEPOSITO SORTIDO	CORES DIVERSAS	UND	600	4,1900	R\$ 2.514,00



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

3	9080	BASTÃO COLA QUENTE FINA	BASTÃO SEMI 7,5X30CM COLA QUENTE FINA	PCT	360	1,2200	R\$ 439,20
4	8989	BASTÃO SEMI COLA QUENTE GROSSA	DIMENSSÕES 11,2X30CM 1KG	PCT	350	30,6300	R\$ 10.720,50
5	9149	BLOCO DE ANOTAÇÃO 38X51MM PCT C/04 BLOQUINHOS COM 100 FLS CADA BLOCO	BLOCO DE ANOTAÇÃO 38X51MM PCT C/04 BLOQUINHOS COM 100 FLS CADA BLOCO	PCT	290	3,5800	R\$ 1.038,20
6	9150	BLOCO DE ANOTAÇÃO 76X101MM C/100 FLS PAPEL ADESIVO CORES	BLOCO DE ANOTAÇÃO 76X101MM C/100 FLS PAPEL ADESIVO CORES	PCT	208	2,7500	R\$ 572,00
7	8994	BORRACHA BICOLOR (AZUL/VERMELHO)	CAIXA COM NO MÍNIMO 24 (VINTE E QUATRO) UNIDADES.	CX	80	26,7300	R\$ 2.138,40
8	9154	BORRACHA BRANCA, MACIA, COM PROTETOR PLÁSTICO, DO TIPO TK-PLÁSTICO. UND	BORRACHA BRANCA,	UND	901	1,9300	R\$ 1.738,93
9	9155	CADERNO BROCHURA ¼ SORTIDO 96 FOLHAS	CADERNO BROCHURA ¼ SORTIDO 96 FOLHAS	UND	767	11,6600	R\$ 8.943,22
10	8998	CALCULADORA DE MESA COM 08 DÍGITOS	Modelo Dimensões 15cm x 12cm Peso 165g Display 12 Dígitos Grandes Função Desligamento Automático utiliza 1 Pilha AA (Não Inclusa Pilha)	UND	46	22,1600	R\$ 1.019,36



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

11	13581	CANETA ESFEROGRÁFICA BP-S 0.7MM AZUL COM PONTA DE AÇO INOX FUNDO DE ROSCA COM CORPO TRANSPARENTE AZUL RESINAS TERMOPLÁST	CANETA ESFEROGRÁFICA BP-S 0.7MM AZUL COM PONTA DE AÇO INOX FUNDO DE ROSCA COM CORPO TRANSPARENTE AZUL RESINAS TERMOPLÁSTICAS, METAL, TINTA A BASE DE OLEO, CORANTES, SOLVENTES. PROTETOR DE METAL COM ROSCA, PARA ESCREVER EM DIÁRIO, CAIXA COM 50 UND.	CX	91	42,5400	R\$ 3.871,14
12	13582	CANETA ESFEROGRÁFICA BP-S 0.7MM PRETA COM PONTA DE AÇO INOX FUNDO DE ROSCA COM CORPO TRANSPARENTE AZUL RESINAS TERMOPLÁS	CANETA ESFEROGRÁFICA BP-S 0.7MM PRETA COM PONTA DE AÇO INOX FUNDO DE ROSCA COM CORPO TRANSPARENTE AZUL RESINAS TERMOPLÁSTICAS, METAL, TINTA A BASE DE OLEO, CORANTES, SOLVENTES. PROTETOR DE METAL COM ROSCA, PARA ESCREVER EM DIÁRIO, CAIXA COM 50 UND.	CX	65	39,9500	R\$ 2.596,75
13	13583	CANETA ESFEROGRÁFICA BP-S 0.7MM VERMELHA COM PONTA DE AÇO INOX FUNDO DE ROSCA COM CORPO TRANSPARENTE AZUL RESINAS TERMOP	CANETA ESFEROGRÁFICA BP-S 0.7MM VERMELHA COM PONTA DE AÇO INOX FUNDO DE ROSCA COM CORPO TRANSPARENTE AZUL RESINAS TERMOPLÁSTICAS, METAL, TINTA A BASE DE OLEO, CORANTES, SOLVENTES. PROTETOR DE METAL COM ROSCA, PARA ESCREVER EM DIÁRIO, CAIXA COM 50 UND.	CX	66	43,3000	R\$ 2.857,80
14	13588	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO EM POLIPROPILENO AZUL OU PRETA NO TAMANHO A-4 - 210 X 297. PACOTE COM 10 UNID	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO EM POLIPROPILENO AZUL OU PRETA NO TAMANHO A-4 - 210 X 297. PACOTE COM 10 UNID	PCT	190	37,3500	R\$ 7.096,50
15	13589	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO EM POLIPROPILENO INCOLOR NO TAMANHO A-4 - 210 X 297. PACOTE COM 10 UNID	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO EM POLIPROPILENO INCOLOR NO TAMANHO A-4 - 210 X 297. PACOTE COM 10 UNID	PCT	170	38,9400	R\$ 6.619,80
16	13603	CARTOLINA DUPLA FACE 128G/M² 48X66 CORES VARIADAS	CARTOLINA DUPLA FACE 128G/M² 48X66 CORES VARIADAS	UND	40	0,7500	R\$ 30,00
17	13590	CARTOLINA ESCOLAR, 50X66MM, CORES DIVERSAS	CARTOLINA ESCOLAR, 50X66MM, CORES DIVERSAS	UND	140	1,0300	R\$ 144,20



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

18	6683	CLIPES METÁLICOS N° 2/0, CAIXA COM 50 UNIDADES.	CLIPES METÁLICOS N° 2/0, CAIXA COM 50 UNIDADES.	CX	406	4,9700	R\$ 2.017,82
19	6684	CLIPES METÁLICOS N° 4/0, CAIXA COM 50 UNIDADES	CLIPES METÁLICOS N° 4/0, CAIXA COM 50 UNIDADES	CX	911	4,5500	R\$ 4.145,05
20	6685	CLIPES METÁLICOS N° 6/0, CAIXA COM 50 UNIDADES	CLIPES METÁLICOS N° 6/0, CAIXA COM 50 UNIDADES	CX	706	4,6300	R\$ 3.268,78
21	6686	COLA BASTÃO, ATÓXICA, COM FUNDO ROSQUEADO SOB PRESSÃO, FRASCO +/- 20GR PARA PAPÉIS, TECIDO, ETC.	COLA BASTÃO, ATÓXICA, COM FUNDO ROSQUEADO SOB PRESSÃO, FRASCO +/- 20GR PARA PAPÉIS, TECIDO, ETC.	UND	351	4,1700	R\$ 1.463,67
22	9168	COLA BRANCA PARA PAPEL 90G	COLA BRANCA PARA PAPEL 90G	UND	673	3,8800	R\$ 2.611,24
23	6687	COLA BRANCA, ATÓXICA, BASE DE PVA, LÍQUIDA, TUBO DE 90GR.	COLA BRANCA, ATÓXICA, BASE DE PVA, LÍQUIDA, TUBO DE 90GR.	UND	151	1,3700	R\$ 206,87
24	13604	COLA LIQUIDA PARA EVA E ISOPOR 90G	COLA LIQUIDA PARA EVA E ISOPOR 90G	UND	12	6,0300	R\$ 72,36
25	6688	CORRETIVO LÍQUIDO COM 18ML, SECAGEM RÁPIDA, BASE DE ÁGUA, NÃO TÓXICA.	CORRETIVO LÍQUIDO COM 18ML, SECAGEM RÁPIDA, BASE DE ÁGUA, NÃO TÓXICA.	UND	166	2,8300	R\$ 469,78



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUM

26	9171	ELÁSTICO LÁTEX AMARELO, Nº 18, PCT C 500g	ELÁSTICO LÁTEX AMARELO, Nº 18, PCT COM 500g	PCT	120	14,4800	R\$ 1.737,60
27	9172	ENCADERNADORA TAMANHO OFICIO PARA ASPIRAL COM 54 FUROS,	ENCADERNADORA TAMANHO OFICIO PARA ASPIRAL COM 54 FUROS, AJUSTE MARGEM E PROFUNDIDADE DE ACORDO COM DIÂMETRO DA ESPIRAL E CAPACIDADE DE FURAÇÃO DE NO MÍNIMO 15 FLS. CADA VEZ.3016	UND	17	589,7700	R\$ 10.026,09
28	9209	ENVELOPE OFICIO 24 X 32 Cm A4 BRANCO (PACT COM 1000 UNIDADE)	ENVELOPE OFICIO 24 X 32 Cm A4 BRANCO (PACT COM 1000 UNIDADE)	PCT	151	82,3900	R\$ 12.440,89
29	9223	ENVELOPE OFICIO 24 X 34 Cm A4 PARDO (PACT COM 1000 UNIDADE)	ENVELOPE OFICIO 24 X 34 Cm A4 PARDO (PACT COM 1000 UNIDADE)	PCT	130	94,0600	R\$ 12.227,80
30	6691	ENVELOPE PLÁSTICO REUTILIZÁVEL, TAMANHO OFÍCIO.	ENVELOPE PLÁSTICO REUTILIZÁVEL, TAMANHO OFÍCIO.	UND	780	0,4800	R\$ 374,40
31	9177	ENVELOPE SACO 176 X 250 BRANCO	ENVELOPE SACO 176 X 250 BRANCO	UND	451	0,6100	R\$ 275,11
32	9178	ENVELOPE SACO 200 X 280 KRAFT OURO	ENVELOPE SACO 200 X 280 KRAFT OURO	UND	401	0,6100	R\$ 244,61
33	13600	ENVELOPE SACO 260X360 OFICIO BRANCO	ENVELOPE SACO 260X360 OFICIO BRANCO	UND	401	0,9500	R\$ 380,95



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

34	12415	ENVELOPE TIPO SACO PLÁSTICO PARA PASTAS CATÁLOGO,	TAMANHO OFICIO-II, 4 FUROS, 15 MICRAS, PACOTE COM 50 UNIDADES.	PCT	10	13,4500	R\$ 134,50
35	9179	ENVELOPE TIPO SACO, KRAFT NATURAL, SEM TIMBRE, MEDINDO 17,6 X 25 CM,	ENVELOPE TIPO SACO, KRAFT NATURAL, SEM TIMBRE, MEDINDO 17,6 X 25 CM, MINIMO 80G/M², CAIXA COM 250 UNIDADES	CX	126	100,3800	R\$ 12.647,88
36	6705	ESTILETE ESTREITO EM PLASTICO RESISTENTE COM LÂMINA DE 9MM	ESTILETE ESTREITO EM PLASTICO RESISTENTE COM LÂMINA DE 9MM	UND	190	3,2600	R\$ 619,40
37	6704	ESTILETE LARGO EM PLASTICO RESISTENTE COM LÂMINA DE 18MM	ESTILETE LARGO EM PLASTICO RESISTENTE COM LÂMINA DE 18MM	UND	98	4,2700	R\$ 418,46
38	9181	ETIQUETA A4 210 X 297 MM C/ 100FLS	ETIQUETA A4 210 X 297 MM C/ 100FLS	CX	100	36,1800	R\$ 3.618,00
39	9085	ETIQUETA AUTOADESIVA - 80 ETIQUETAS POR FOLHA	PARA IMPRESSORA JATO DE TINTA, LASER E COPIADORAS, 80 ETIQUETAS POR FOLHA, COR BRANCA, FORMATO A4, EM PAPEL BRANCO FOSCO, EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 100 FOLHAS	CX	121	52,2900	R\$ 6.327,09
40	9017	ETIQUETA AUTOADESIVA EM FOLHA A4 - 33 ETIQUETAS POR FOLHA	PARA IMPRESSORA JATO DE TINTA, LASER E COPIADORAS, 33 ETIQUETAS POR FOLHA, COR BRANCA, FORMATO A4, EM PAPEL BRANCO FOSCO, EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 100 FOLHAS	CX	115	47,5700	R\$ 5.470,55



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

41	6706	EXTRATOR DE GRAMPOS, MATERIAL EM AÇO INOXIDÁVEL, TIPO ESPÁTULA, TRATAMENTO SUPERFICIAL CROMADO, COM PONTAS ARREDONDADAS.	EXTRATOR DE GRAMPOS, MATERIAL EM AÇO INOXIDÁVEL, TIPO ESPÁTULA, TRATAMENTO SUPERFICIAL CROMADO, COM PONTAS ARREDONDADAS.	UND	170	3,2000	R\$ 544,00
42	6707	FITA ADESIVA PARDA PRÓPRIA PARA EMPACOTAMENTO, TAMANHO 45 X 50M.	FITA ADESIVA PARDA PRÓPRIA PARA EMPACOTAMENTO, TAMANHO 45 X 50M.	UND	176	8,2600	R\$ 1.453,76
43	6709	FITA ADESIVA TRANSPARENTE (ESTREITA), TIPO DUREX, TAMANHO 12MM X 30M	FITA ADESIVA TRANSPARENTE (ESTREITA), TIPO DUREX, TAMANHO 12MM X 30M	UND	257	1,4400	R\$ 370,08
44	12417	FITA ADESIVA, MATERIAL CREPE,	FITA ADESIVA, MATERIAL CREPE, TIPO MONOFACE, LARGURA 19 MM, COMPRIMENTO 50 M, COR BRANCA, APLICAÇÃO MULTIUSO	UND	200	7,2600	R\$ 1.452,00
45	12418	FITA ADESIVA, MATERIAL POLIPROPILENO TRANSPARENTE, LARGURA 50 MM,	TIPO MONOFACE, LARGURA 50 MM, COMPRIMENTO 50 M, COR INCOLOR, APLICAÇÃO MULTIUSO	UND	200	5,8100	R\$ 1.162,00
46	13605	FOLHA DE EVA CORES VARIADAS	FOLHA DE EVA CORES VARIADAS	UND	30	3,0300	R\$ 90,90
47	9185	GIZ DE LOUSA BRANCO PLASTIFICADO QUADRO NEGRO COM 50 UNIDADES	GIZ DE LOUSA BRANCO PLASTIFICADO QUADRO NEGRO COM 50 UNIDADES	CX	5	5,9200	R\$ 29,60



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

48	9186	GIZÃO DE CERA COM 12 UNIDADES	GIZÃO DE CERA COM 12 UNIDADES	CX	435	10,2900	R\$ 4.476,15
49	9033	GLITER PVC METAL DOURADO 500 G	GLITER PVC METAL DOURADO 500 G	UND	360	28,3400	R\$ 10.202,40
50	9034	GLITER PVC METAL PRATA 500 G	GLITER PVC METAL PRATA 500 G	UND	408	26,3400	R\$ 10.746,72
51	9190	GRAMPEADOR DE METAL MX-G20E P/ 30 FOLHAS	GRAMPEADOR DE METAL MX-G20E P/ 30 FOLHAS	UND	260	29,7900	R\$ 7.745,40
52	9189	GRAMPEADOR DE METAL MX-G20E P/ 50 FOLHAS	GRAMPEADOR DE METAL MX-G20E P/ 50 FOLHAS	UND	40	27,3200	R\$ 1.092,80
53	9191	GRAMPEADOR, ATERIAL METAL, TIPO MESA, CAPACIDADE ATÉ 100 FL, TAMANHO GRAMPO 23/8, 3/10. 23/13, 24/8 E 24/10	GRAMPEADOR, ATERIAL METAL, TIPO MESA, CAPACIDADE ATÉ 100 FL, TAMANHO GRAMPO 23/8, 3/10. 23/13, 24/8 E 24/10	UND	35	60,6400	R\$ 2.122,40
54	9192	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 106/6 GALVANEZADOS CAIXA COM 5000 UNIDADES.	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 106/6 GALVANEZADOS CAIXA COM 5000 UNIDADES.	CX	435	21,3000	R\$ 9.265,50



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

55	6714	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6 GALVANEZADOS CAIXA COM 5000 UNIDADES.	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6 GALVANEZADOS CAIXA COM 5000 UNIDADES.	CX	220	6,5500	R\$ 1.441,00
56	6713	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 9/10 GALVANIZADOS. CAIXA COM 1000 UNIDADES.	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 9/10 GALVANIZADOS. CAIXA COM 1000 UNIDADES.	CX	130	4,6500	R\$ 604,50
57	13601	GRAMPO TRILHO - PCT	GRAMPO TRILHO - PCT	PCT	120	11,6300	R\$ 1.395,60
58	13620	KIT TINTA EPSON ORIGINAIS T504 P/L4150	KIT TINTA EPSON ORIGINAIS T504 P/L4150	KIT	10	208,3300	R\$ 2.083,30
59	9041	LÁPIS BORRACHA ECO COM MARCA IMPRESSA NO CORPO	LÁPIS BORRACHA ECO COM MARCA IMPRESSA NO CORPO	UND	900	3,1800	R\$ 2.862,00
60	9199	LÁPIS GRAFITE Nº 2 PRETO CAIXA COM 50 UNDS	LÁPIS GRAFITE Nº 2 PRETO CAIXA COM 50 UNDS	CX	108	20,9500	R\$ 2.262,60
61	13592	LAPISEIRA TÉCNICA, MATERIAL METAL E PLÁSTICO, COM BORRACHA, RECARREGÁVEL, DIAMETRO CARGA 0,7 MM	LAPISEIRA TÉCNICA, MATERIAL METAL E PLÁSTICO, COM BORRACHA, RECARREGÁVEL, ACIONAMENTO AUTOMÁTICO DA MINA AO ESCREVER, DIÂMETRO CARGA 0,7MM.	UND	407	11,7000	R\$ 4.761,90



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

62	6716	LIVRO ATA (SEM MARGEM, CAPA DURA, PRETA, PÁGINAS NUMERADAS, 100 FOLHAS)	LIVRO ATA (SEM MARGEM, CAPA DURA, PRETA, PÁGINAS NUMERADAS, 100 FOLHAS)	UND	195	12,0200	R\$ 2.343,90
63	13606	LIVRO PONTO 50 FOLHAS	LIVRO PONTO 50 FOLHAS	UND	35	14,4600	R\$ 506,10
64	9202	LIVRO PROTOCOLO, QUANTIDADE FOLHAS 100 UN, COMPRIMENTO 220 MM, LARGURA 155 MM,	LIVRO PROTOCOLO, QUANTIDADE FOLHAS 100 UN, COMPRIMENTO 220 MM, LARGURA 155 MM, TIPO CAPA DURA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS IMPRESSÃO OFSETE, DUAS FACES, COR PRETA, MATERIAL CAPA PAPELÃO, GRAMATURA FOLHAS 75 G/M2, MATERIAL FOLHAS PAPEL APERGAMINHADO	UND	134	13,1600	R\$ 1.763,44
65	9050	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO - TRAÇO 2 MM, NA COR AZUL.	ESPESSURA DO TRAÇO 2 MM, NA COR AZUL.	UND	220	4,7000	R\$ 1.034,00
66	13602	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO RECARREGAVEL PROFISSIONAL. DIVERSAS CORES	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO RECARREGAVEL PROFISSIONAL. DIVERSAS CORES	UND	213	4,1300	R\$ 879,69
67	9088	MARCADOR PERMANENTE CORES SORTIDAS	CORES SORTIDAS- MARCADOR PERMANENTE	UND	100	4,9000	R\$ 490,00
68	13593	MINA GRAFITE. DIÂMETRO 0,7MM. DUREZA DA CARGA: HB. COMPRIMENTO 60MM. TUBO COM 12 UNIDADES.	MINA GRAFITE. DIÂMETRO 0,7MM. DUREZA DA CARGA: HB. COMPRIMENTO 60MM. TUBO COM 12 UNIDADES.	UND	100	9,9100	R\$ 991,00



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

69	13594	MINA GRAFITE. DIÂMETRO 0,9MM. DUREZA DA CARGA: HB. COMPRIMENTO 60MM. TUBO COM 12 UNIDADES.	MINA GRAFITE. DIÂMETRO 0,9MM. DUREZA DA CARGA: HB. COMPRIMENTO 60MM. TUBO COM 12 UNIDADES.	UND	12	7,6100	R\$ 91,32
70	6721	MOLHADOR DE DEDOS EM PASTA, 12G	MOLHADOR DE DEDOS TM TM EM PASTA, 12G	UND	200	2,8100	R\$ 562,00
71	9205	ORGANIZADOR MESA ESCRITÓRIO BANDEJA DOCUMENTOS PAPEL	ORGANIZADOR MESA ESCRITÓRIO BANDEJA DOCUMENTOS PAPEL TRIPLO- ORGANIZADOR DE DOCUMENTOS PARA ESCRITÓRIO COM 3 BANDEJAS TIPO GAVETA DESLISANTE EM METAL ARAMADO. ESCANINHO / CAIXA CORRESPONDÊNCIA. DIMENSÕES TOTAIS: Altura: 26,5 cm. Largura: 29,5 cm. Comprimento: 34,5 cm	UND	210	66,2300	R\$ 13.908,30
72	6722	PAPEL A4, MATERIAL ALCALINO, GRAMATURA 75 M², COR BRANCA, MEDINDO 210 X 297 MM, COTA- TM PRINCIPAL	PAPEL A4, MATERIAL ALCALINO, GRAMATURA 75 M², COR BRANCA, MEDINDO 210 X 297 MM,	CX	300	234,5800	R\$ 70.374,00
73	13610	PAPEL ADESIVO A4 BRANCO PCT COM 100 FOLHAS	PAPEL ADESIVO A4 BRANCO PCT COM 100 FOLHAS	PCT	2	52,7300	R\$ 105,46
74	13611	PAPEL CARTÃO CORES VARIADAS	PAPEL CARTÃO CORES VARIADAS	UND	50	1,4700	R\$ 73,50
75	9222	PAPEL CREPADO TRATADO E COBERTO EM UMA DAS FACES COM ADESIVO A BASE DE BORRACHA NATURAL. (FITA CREPE) 25MM X 50MM	PAPEL CREPADO TRATADO E COBERTO EM UMA DAS FACES COM ADESIVO A BASE DE BORRACHA NATURAL. (FITA CREPE) 25MM X 50MM	UND	141	3,9300	R\$ 554,13



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

76	13595	PAPEL CREPADO TRATADO E COBERTO EM UMA DAS FACES COM ADESIVO A BASE DE BORRACHA NATURAL. (FITA CREPE) 48MM X 50MM	PAPEL CREPADO TRATADO E COBERTO EM UMA DAS FACES COM ADESIVO A BASE DE BORRACHA NATURAL. (FITA CREPE) 48MM X 50MM	UND	141	17,5000	R\$ 2.467,50
77	9210	PAPEL LEMBRETE 76X76 MM COLORIDO - BLOCO COM 100 FLS	PAPEL LEMBRETE 76X76 MM COLORIDO - BLOCO COM 100 FLS DESCRIÇÃO GERAL BLOCO RECADO, MATERIAL PAPEL, COLORIDO, LARGURA 76MM, COMPRIMENTO 76MM, TIPO REMOVÍVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS AUTO ADESIVO.	UND	90	6,4700	R\$ 582,30
78	13608	PAPEL MADEIRA 60X9CM PACOTE COM 100 UNIDADES	PAPEL MADEIRA 60X9CM PACOTE COM 100 UNIDADES	PCT	2	79,3000	R\$ 158,60
79	13617	PAPEL SULFITE A3 CAIXA COM 10 RESMAS	PAPEL SULFITE A3 CAIXA COM 10 RESMAS	CX	1	329,1100	R\$ 329,11
80	13618	PAPEL SULFITE A4	PAPEL SULFITE A4	CX	5	264,9900	R\$ 1.324,95
81	6725	PASTA A/Z LOMBADA LARGA, 80MM, COM VISOR, TAMANHO OFÍCIO. CARATÃO 2MM, FORRADO COMPAPEL MONOLÚCIDO 75G PLATIFICADO.	PASTA A/Z LOMBADA LARGA, 80MM, COM VISOR, TAMANHO OFÍCIO. CARATÃO 2MM, FORRADO COMPAPEL MONOLÚCIDO 75G PLATIFICADO.	UND	1.730	14,4300	R\$ 24.963,90
82	13607	PASTA ABA ELASTICO OFÍCIO 335MM X 235MM	PASTA ABA ELASTICO OFÍCIO 335MM X 235MM	UND	70	3,5500	R\$ 248,50



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

83	9211	PASTA ARQUIVO, MATERIAL PLÁSTICO CORRUGADO FLEXÍVEL,	PASTA ARQUIVO, MATERIAL PLÁSTICO CORRUGADO FLEXÍVEL, TIPO COM ABAS, LARGURA 250 MM, ALTURA 340 MM, LOMBADA 20 MM, COR AMARELA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM ELÁSTICO	UND	1.062	7,1200	R\$ 7.561,44
84	6726	PASTA CATÁLOGO, CAPA PRETA EM PVC, COM 50 ENVELOPES PLÁSTICOS, TAMANHO OFÍCIO, COM VISOR.	PASTA CATÁLOGO, CAPA PRETA EM PVC, COM 50 ENVELOPES PLÁSTICOS, TAMANHO OFÍCIO, COM VISOR.	UND	218	13,4600	R\$ 2.934,28
85	9212	PASTA CLASSIFICADOR TRANSPARENTE COM FERRAGEM	PASTA CLASSIFICADOR TRANSPARENTE COM FERRAGEM	UND	300	4,0300	R\$ 1.209,00
86	9213	PASTA COM ABA ELÁSTICO OFÍCIO SEM LOMBRO (DIMESSÕES 235X336MM) CORES SORTIDAS	PASTA COM ABA ELÁSTICO OFÍCIO SEM LOMBRO (DIMESSÕES 235X336MM) CORES SORTIDAS	UND	501	2,6300	R\$ 1.317,63
87	9064	PASTA COM GRAMPO E TRILHO EM PLÁSTICO TRANSPARENTE	PASTA COM GRAMPO E TRILHO EM PLÁSTICO TRANSPARENTE	UND	462	3,4800	R\$ 1.607,76
88	9214	PASTA DE ARQUIVO EXPANSÍVEL ACTFAITH ACCORDIAN ORGANIZADOR DE ARQUIVOS 26 BOLSOS A4	PASTA DE ARQUIVO EXPANSÍVEL ACTFAITH ACCORDIAN ORGANIZADOR DE ARQUIVOS 26 BOLSOS A4 CAIXAS DE ARQUIVO GRANDE CAPACIDADE CAIXA DE ARMAZENAMENTO COM BOLSA DE REDE ARCO-ÍRIS A-Z ALFABETO COLORIDO ABAS PARA DOCUMENTO/PAPEL/CONTA/RECIBO	UND	100	22,1600	R\$ 2.216,00
89	9065	PASTA L OFÍCIO EM PILIETILENO	PASTA L OFÍCIO EM PILIETILENO. CORES DIVERSAS.	UND	242	2,9200	R\$ 706,64



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

90	13612	PASTA PLÁSTICA ABA COM ELÁSTICO 10mm	PASTA PLÁSTICA ABA COM ELÁSTICO 10mm	UND	50	2,0500	R\$ 102,50
91	13613	PASTA PLÁSTICA ABA COM ELÁSTICO 20mm	PASTA PLÁSTICA ABA COM ELÁSTICO 20mm	UND	50	4,2800	R\$ 214,00
92	13614	PASTA PLÁSTICA ABA COM ELÁSTICO 30mm	PASTA PLÁSTICA ABA COM ELÁSTICO 30mm	UND	50	4,6000	R\$ 230,00
93	13615	PASTA PLÁSTICA ABA COM ELÁSTICO 40mm	PASTA PLÁSTICA ABA COM ELÁSTICO 40mm	UND	50	3,3000	R\$ 165,00
94	13616	PASTA PLÁSTICA ENVELOPE COM FECHAMENTO EM VELCRO	PASTA PLÁSTICA ENVELOPE COM FECHAMENTO EM VELCRO	UND	50	4,0000	R\$ 200,00
95	6731	PASTA POLIONDAS COM ABA E ELÁSTICO LOMBO 35 MM, CORES DIVERSAS.	PASTA POLIONDAS COM ABA E ELÁSTICO LOMBO 35 MM, CORES DIVERSAS.	UND	350	4,1500	R\$ 1.452,50
96	6730	PASTA POLIONDAS COM ABA E ELÁSTICO LOMBO 55 MM, CORES DIVERSAS.	PASTA POLIONDAS COM ABA E ELÁSTICO LOMBO 55 MM, CORES DIVERSAS.	UND	350	3,5100	R\$ 1.228,50



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUM

97	9066	PASTA SANFONADA OFICIO 12 DIVISÕES	EM POLIETILENO. FECHAMENTO COM ELASTICO. CORES DIVERSAS.	UND	236	22,2300	R\$ 5.246,28
98	6733	PASTA SUSPensa KRAFT, C/ HASTE PLASTICA, COM GRAMPO, C/ ETIQUETA.	PASTA SUSPensa KRAFT, C/ HASTE PLASTICA, COM GRAMPO, C/ ETIQUETA.	UND	1.110	2,8800	R\$ 3.196,80
99	2352	PASTA SUSPensa MARMORIZADA PAPELÃO	PASTA SUSPensa MARMORIZADA PAPELÃO	UND	1.300	3,2000	R\$ 4.160,00
100	7181	PEN DRIVE 16GB	PEN DRIVE 16GB	UND	80	22,8300	R\$ 1.826,40
101	1222	PEN DRIVE 8GB	PEN DRIVE 8GB	UND	55	31,7200	R\$ 1.744,60
102	13619	PERCEVEJOS	PERCEVEJOS	CX	10	4,4300	R\$ 44,30
103	6734	PERFURADOR DE PAPEL EM METAL, 2 FUROS, CAPACIDADE PARA FURAR ATÉ 20 FOLHAS COM ESPAÇAMENTO DE 80MM ENTRE OS FUROS.	PERFURADOR DE PAPEL EM METAL, 2 FUROS, CAPACIDADE PARA FURAR ATÉ 20 FOLHAS COM ESPAÇAMENTO DE 80MM ENTRE OS FUROS.	UND	160	21,4900	R\$ 3.438,40



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

104	6735	PERFURADOR DE PAPEL EM METAL, 2 FUROS, CAPACIDADE PARA FURAR ATÉ 70 FOLHAS COM ESPAÇAMENTO DE 80MM ENTRE OS FUROS.	PERFURADOR DE PAPEL EM METAL, 2 FUROS, CAPACIDADE PARA FURAR ATÉ 70 FOLHAS COM ESPAÇAMENTO DE 80MM ENTRE OS FUROS.	UND	69	132,1800	R\$ 9.120,42
105	15493	pilha, tamanho aa, 1.5v, alcalina, caixa com 60 und.	pilha, tamanho aa, 1.5v, alcalina, caixa com 60 und. Especificação: pilha, tamanho aa, 1.5v, alcalina, caixa com 60 und.	CX	80	63,4800	R\$ 5.078,40
106	13598	PILHA, TAMANHO AAA, 1.5V, ALCALINA CAIXA COM 40 UND.	PILHA, TAMANHO AAA, 1.5V, ALCALINA CAIXA COM 40 UND.	CX	130	63,4400	R\$ 8.247,20
107	6738	PILHA, TAMANHO C, 1.5V, ALCALINA	PILHA, TAMANHO C, 1.5V, ALCALINA	UND	81	12,2100	R\$ 989,01
108	6739	PILHA, TIPO BATERIA, 9V, ALCALINA, DIMENSÕES: 44.5x10.5 MM	PILHA, TIPO BATERIA, 9V, ALCALINA, DIMENSÕES: 44.5x10.5 MM	UND	81	7,7500	R\$ 627,75
109	6741	PILHA, TIPO BATERIA, REFERENCIA A23, 12V, ALCALINA	PILHA, TIPO BATERIA, REFERENCIA A23, 12V, ALCALINA	UND	20	2,6700	R\$ 53,40
110	12420	PILHA, TIPO BATERIA, REFERENCIA CR2032, 3V	REFERENCIA CR2032, 3V, LÍTIO	UND	330	1,0600	R\$ 349,80



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUM

111	6742	PILHA, TIPO BATERIA, REFERENCIA LR44, 1.5V, ALCALINA	PILHA, TIPO BATERIA, REFERENCIA LR44, 1.5V, ALCALINA	UND	21	0,6000	R\$ 12,60
112	6743	PINCEL ATÔMICO COR AZUL, TINTA A BASE DE ÁLCOOL, COM PONTA DE FELTRO, PONTA GROSSA, 80MM.	PINCEL ATÔMICO COR AZUL, TINTA A BASE DE ÁLCOOL, COM PONTA DE FELTRO, PONTA GROSSA, 80MM.	UND	72	6,1000	R\$ 439,20
113	6744	PINCEL ATÔMICO COR PRETA, TINTA À BASE DE ÁLCOOL, COM PONTA DE FELTRO, PONTA GROSSA, 80MM.	PINCEL ATÔMICO COR PRETA, TINTA À BASE DE ÁLCOOL, COM PONTA DE FELTRO, PONTA GROSSA, 80MM.	UND	60	6,7300	R\$ 403,80
114	6745	PINCEL ATÔMICO COR VERMELHA, TINTA À BASE DE ÁLCOOL, COM PONTA DE FELTRO, PONTA GROSSA, 80MM.	PINCEL ATÔMICO COR VERMELHA, TINTA À BASE DE ÁLCOOL, COM PONTA DE FELTRO, PONTA GROSSA, 80MM.	UND	60	6,3600	R\$ 381,60
115	9215	PISTOLA PARA COLA QUENTE SILICONE GRANDE	PISTOLA PARA COLA QUENTE SILICONE GRANDE	UND	90	24,5700	R\$ 2.211,30
116	9216	PISTOLA PARA COLA QUENTE SILICONE P	PISTOLA PARA COLA QUENTE SILICONE P	UND	78	17,4900	R\$ 1.364,22
117	13599	PLASTICO, ADESIVO, DIMENSAO 45 CM X 25 METROS TRANSPARENTE	PLASTICO, ADESIVO, DIMENSAO 45 CM X 25 METROS TRANSPARENTE	UND	11	62,3500	R\$ 685,85



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUM

118	9217	PORTA LAPIS / CLIPES E LEMBRETE - POLIESTIRENO CRISTAL	PORTA LAPIS / CLIPES E LEMBRETE - POLIESTIRENO CRISTAL	UND	134	14,6900	R\$ 1.968,46
119	6746	PRANCHETA, EM ACRÍLICO TAMANHO OFÍCIO.	PRANCHETA, EM ACRÍLICO TAMANHO OFÍCIO.	UND	210	11,3600	R\$ 2.385,60
120	9218	QUADRO AVISOS, MATERIAL CORTIÇA, COMPRIMENTO 90 CM, LARGURA 120 CM,	QUADRO AVISOS, MATERIAL CORTIÇA, COMPRIMENTO 90 CM, LARGURA 120 CM, FINALIDADE MURAL, MATERIAL MOLDURA ALUMÍNIO	UND	71	110,7100	R\$ 7.860,41
121	9219	QUADRO BRANCO MAGNETICO (DE AVISO - MURAL)1,00X0,92 CM MOLDURA DE ALUMÍNIO 1	QUADRO BRANCO MAGNETICO (DE AVISO -MURAL)1,00X0,92 CM MOLDURA DE ALUMÍNIO 10501 – ACABAMENTO EM CHAPA TELA EM CHAPA METÁLICA GALVANIZADA BRANCA -ACOMPANHA ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÃO E BOTTONS MAGNÉTICOS FIXAÇÃO INVISÍVEL	UND	61	106,1400	R\$ 6.474,54
122	9075	RÉGUA 30 CM CRISTAL	RÉGUA 30 CM CRISTAL	UND	348	2,3400	R\$ 814,32
123	9220	RÉGUA ESCRITÓRIO, MATERIAL POLIESTIRENO, COMPRIMENTO 60 CM, GRADUAÇÃO CENTÍMETRO	RÉGUA ESCRITÓRIO, MATERIAL POLIESTIRENO, COMPRIMENTO 60 CM, GRADUAÇÃO CENTÍMETRO	UND	16	6,0000	R\$ 96,00
124	9078	TESOURA AÇO INOX 21 CM	TESOURA AÇO INOX 21 CM	UND	174	5,2100	R\$ 906,54



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUM

125	4938	TESOURA ESCOLAR SEM PONTA EM AÇO INOX, COM 12/13CM	TESOURA ESCOLAR SEM PONTA EM AÇO INOX, COM 12/13CM	UND	170	5,3600	R\$ 911,20
126	2351	TINTA PARA CARIMBO PRETA	TINTA PARA CARIMBO PRETA	UND	20	5,3600	R\$ 107,20
127	13580	CAIXA DE ARQUIVO MORTO PRODUZIDA EM PLÁSTICO CORRUGADO. CARACTERÍSTICAS: SISTEMA DE FECHAMENTO VERSÁTIL E EXCLUSIVO COM	CAIXA DE ARQUIVO MORTO PRODUZIDA EM PLÁSTICO CORRUGADO. CARACTERÍSTICAS: SISTEMA DE FECHAMENTO VERSÁTIL E EXCLUSIVO COM OPÇÃO DE DEIXAR AS ABAS INTERNAS E EXTERNAS/ 3 ÁREAS PARA DIFERENTES POSIÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO/ MONTAGEM RÁPIDA FORMATO: OFÍCIO COMPOSIÇÃO: PLÁSTICO CORRUGADO. CORES : AZUL / VERDE	UND	1.300	5,8200	R\$ 7.566,00
128	6680	CANETA MARCA TEXTO CORES VARIADAS, TAMPA SEM OBSTRUÇÃO.	CANETA MARCA TEXTO CORES VARIADAS, TAMPA SEM OBSTRUÇÃO.	UND	342	1,4200	R\$ 485,64
129	6723	PAPEL VERGE A4, 210 X 297 MM, VÁRIAS CORES.	PAPEL VERGE A4, 210 X 297 MM, VÁRIAS CORES.	PCT	263	20,1700	R\$ 5.304,71
130	9146	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO, COM BASE DE PLÁSTICO SUPER REFORÇADO	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO, COM BASE DE PLÁSTICO SUPER REFORÇADO, FELTRO SUPER MACIO E RESISTENTE, DIMENSÕES MÍNIMAS 15	UND	40	11,0600	R\$ 442,40
131	9151	BLOCO DE ANOTAÇÃO 76X76 C/100 FLS PAPEL ADESIVO CORES	BLOCO DE ANOTAÇÃO 76X76 C/100 FLS PAPEL ADESIVO CORES	PCT	150	8,0500	R\$ 1.207,50



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

132	9173	ENVELOPE CARTA 114X162	ENVELOPE CARTA 114X162	UND	200	0,2200	R\$ 44,00
133	9174	ENVELOPE MIDIA 125 X 125 75G	ENVELOPE MIDIA 125 X 125 75G	UND	200	6,6400	R\$ 1.328,00
134	6693	ESPIRAL PLÁSTICO PRETO 07 MM. PACOTE COM 100 UNID.	ESPIRAL PLÁSTICO PRETO 07 MM. PACOTE COM 100 UNID.	PCT	20	10,6200	R\$ 212,40
135	6694	ESPIRAL PLÁSTICO PRETO 09 MM. PACOTE COM 100 UNID.	ESPIRAL PLÁSTICO PRETO 09 MM. PACOTE COM 100 UNID.	PCT	20	13,5800	R\$ 271,60
136	6695	ESPIRAL PLÁSTICO PRETO 12 MM. PACOTE COM 100 UNID.	ESPIRAL PLÁSTICO PRETO 12 MM. PACOTE COM 100 UNID.	PCT	20	21,4100	R\$ 428,20
137	6696	ESPIRAL PLÁSTICO PRETO 14 MM. PACOTE COM 100 UNID.	ESPIRAL PLÁSTICO PRETO 14 MM. PACOTE COM 100 UNID.	PCT	20	29,7800	R\$ 595,60
138	6697	ESPIRAL PLÁSTICO PRETO 17 MM. PACOTE COM 100 UNID.	ESPIRAL PLÁSTICO PRETO 17 MM. PACOTE COM 100 UNID.	PCT	20	35,3700	R\$ 707,40



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUM

139	6698	ESPIRAL PLÁSTICO PRETO 20 MM. PACOTE COM 80 UNID.	ESPIRAL PLÁSTICO PRETO 20 MM. PACOTE COM 80 UNID.	PCT	20	49,4100	R\$ 988,20
140	6699	ESPIRAL PLÁSTICO PRETO 23 MM. PACOTE COM 60 UNID.	ESPIRAL PLÁSTICO PRETO 23 MM. PACOTE COM 60 UNID.	PCT	20	27,7700	R\$ 555,40
141	6700	ESPIRAL PLÁSTICO PRETO 29 MM. PACOTE COM 36 UNID.	ESPIRAL PLÁSTICO PRETO 29 MM. PACOTE COM 36 UNID.	PCT	20	28,5700	R\$ 571,40
142	6701	ESPIRAL PLÁSTICO PRETO 33 MM. PACOTE COM 27 UNID.	ESPIRAL PLÁSTICO PRETO 33 MM. PACOTE COM 27 UNID.	PCT	20	42,3700	R\$ 847,40
143	6702	ESPIRAL PLÁSTICO PRETO 40 MM. PACOTE COM 18 UNID.	ESPIRAL PLÁSTICO PRETO 40 MM. PACOTE COM 18 UNID.	PCT	20	51,2200	R\$ 1.024,40
144	6703	ESPIRAL PLÁSTICO PRETO 50 MM. PACOTE COM 12 UNID.	ESPIRAL PLÁSTICO PRETO 50 MM. PACOTE COM 12 UNID.	PCT	20	38,0500	R\$ 761,00
145	13591	FITA ADESIVA, MATERIAL CELOFANE TRANSPARENTE, TIPO MONOFACE, LARGURA 12 MM, COMPRIMENTO 30 M, COR INCOLOR	FITA ADESIVA, MATERIAL CELOFANE TRANSPARENTE, TIPO MONOFACE, LARGURA 12 MM, COMPRIMENTO 30 M, COR INCOLOR, APLICAÇÃO MULTIUSO	UND	10	2,2900	R\$ 22,90



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

146	9035	GRAMPO TRILHO	CAIXA COM 50 UNID	CX	10	5,3200	R\$ 53,20
147	13584	KIT C/12 UND, Caneta marca texto traço amarelo Luminoso, Dimensão do Item 13.5 x 1.5 x 1 cm.	KIT C/12 UND, Caneta marca texto traço amarelo Luminoso, Dimensão do Item 13.5 x 1.5 x 1 cm.	CX	10	9,9900	R\$ 99,90
148	13586	KIT C/12 UND, Caneta marca texto traço azul Luminoso, Dimensão do Item 13.5 x 1.5 x 1 cm.	KIT C/12 UND, Caneta marca texto traço azul Luminoso, Dimensão do Item 13.5 x 1.5 x 1 cm.	CX	10	10,3200	R\$ 103,20
149	13585	KIT C/12 UND, Caneta marca texto traço rosa Luminoso, Dimensão do Item 13.5 x 1.5 x 1 cm.	KIT C/12 UND, Caneta marca texto traço rosa Luminoso, Dimensão do Item 13.5 x 1.5 x 1 cm.	CX	10	27,6000	R\$ 276,00
150	13587	KIT C/12 UND, Caneta marca texto traço verde Luminoso, Dimensão do Item 13.5 x 1.5 x 1 cm.	KIT C/12 UND, Caneta marca texto traço verde Luminoso, Dimensão do Item 13.5 x 1.5 x 1 cm.	CX	10	24,6400	R\$ 246,40
151	9201	LIVRO FISCAL, TIPO REGISTRO ESPECÍFICO FARMÁCIA, QUANTIDADE FOLHAS 100 UN, APLICAÇÃO ESCRITÓRIO	LIVRO FISCAL, TIPO REGISTRO ESPECÍFICO FARMÁCIA, QUANTIDADE FOLHAS 100 UN, APLICAÇÃO ESCRITÓRIO	UND	10	43,7800	R\$ 437,80
152	6718	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO, ESPESSURA DO TRAÇO 2 MM, NA COR PRETA.	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO, ESPESSURA DO TRAÇO 2 MM, NA COR PRETA.	UND	50	6,5800	R\$ 329,00



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

153	6719	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO, ESPESSURA DO TRAÇO 2 MM, NA COR VERDE.	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO, ESPESSURA DO TRAÇO 2 MM, NA COR VERDE.	UND	30	1,6500	R\$ 49,50
154	6720	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO, ESPESSURA DO TRAÇO 2 MM, NA COR VERMELHA.	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO, ESPESSURA DO TRAÇO 2 MM, NA COR VERMELHA.	UND	30	1,6800	R\$ 50,40
155	6404	PAPEL CARTÃO BRANCO - GRAMATURA 180 GRAMAS,	PAPEL CARTÃO BRANCO - GRAMATURA 180 GRAMAS, PROVENIENTE DE MADEIRA REPLANTADA, PARA IMPRESSÃO A LASER, TAMANHO A4, PACOTES COM 100 FOLHAS	PCT	10	29,8100	R\$ 298,10
156	12419	PAPEL, ADESIVO, TIPO CONTATO, 45 CM X 25 M,	PAPEL, ADESIVO, TIPO CONTATO, 45 CM X 25 M, TRANSPARENTE, ROLO 1 UNIDADE	ROL	20	44,9300	R\$ 898,60
157	13596	QUADRO DE AVISOS 6 DISPLAYS A4 DE ACRILICO	QUADRO DE AVISOS 6 DISPLAYS A4 DE ACRILICO	UND	20	385,1600	R\$ 7.703,20
158	6722	PAPEL A4, MATERIAL ALCALINO, GRAMATURA 75 M², COR BRANCA, MEDINDO 210 X 297 MM, COTA-PARTE	PAPEL A4, MATERIAL ALCALINO, GRAMATURA 75 M², COR BRANCA, MEDINDO 210 X 297 MM,	CX	100	234,5800	R\$ 23.458,00
VALOR TOTAL R\$ 474.232,51 quatrocentos e setenta e quatro mil duzentos e trinta e dois reais e cinquenta e um centavos							

De forma detalhada, apresenta-se a seguir a estimativa dos quantitativos previstos de materiais, distribuídos conforme as demandas específicas de cada órgão demandante, considerando o consumo histórico e as necessidades operacionais.

DESCRIÇÃO	UND. DE MEDIDA	QUANTIDADE		
		PREFEITURA	ASSISTÊNCIA	SAÚDE



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

Nome: almofada para carimbo nº 03 preta, azul e vermelha Especificação: almofada para carimbo nº 03 preta, azul e vermelha.	UND	100	50	150
Nome: apagador para quadro branco, com base de plástico super reforçado Especificação: apagador para quadro branco, com base de plástico super reforçado, feltro super macio e resistente, dimensões mínimas 15.	UND	***	20	20
Nome: apontador c/deposito sortido Especificação: cores diversas.	UND	100	***	500
Nome: bastão cola quente fina Especificação: bastão semi 7,5x30cm cola quente fina.	PCT	155	100	105
Nome: bastão semi cola quente grossa Especificação: dimensões 11,2x30cm 1kg.	PCT	150	100	100
Nome: bloco de anotação 38x51mm pct c/04 bloquinhos com 100 fls cada bloco Especificação: bloco de anotação 38x51mm pct c/04 bloquinhos com 100 fls cada bloco.	PCT	140	50	100
Nome: bloco de anotação 76x101mm c/100 fls papel adesivo cores Especificação: bloco de anotação 76x101mm c/100 fls papel adesivo cores.	PCT	8	50	150
Nome: bloco de anotação 76x76 c/100 fls papel adesivo cores Especificação: bloco de anotação 76x76 c/100 fls papel adesivo cores.	PCT	***	50	100
Nome: borracha bicolor (azul/vermelho) Especificação: caixa com no mínimo 24 (vinte e quatro) unidades.	CX	50	10	20
Nome: borracha branca, macia, com protetor plástico, do tipo tk-plástico. Und Especificação: borracha branca.	UND	301	100	500
Nome: caderno brochura ¼ sortido 96 folhas Especificação: caderno brochura ¼ sortido 96 folhas.	UND	367	200	200
Nome: caixa de arquivo morto produzida em plástico corrugado. Características: sistema de fechamento versátil e exclusivo com Especificação: caixa de arquivo morto produzida em plástico corrugado. Características: sistema de fechamento versátil e exclusivo com opção de deixar as abas internas e externas/ 3 áreas para diferentes posições de identificação/ montagem rápida; formato: ofício;	UND	400	300	500



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

composição: plástico corrugado. Cores: azul / verde.				
Nome: calculadora de mesa com 08 dígitos Especificação: modelo dimensões 15cm x 12cm peso 165g display 12 dígitos grandes função desligamento automático utiliza 1 pilha aa (não inclusa pilha).	UND	21	5	20
Nome: caneta esferográfica bp-s 0.7mm azul com ponta de aço inox fundo de rosca com corpo transparente azul resinas termoplást Especificação: caneta esferográfica bp-s 0.7mm azul com ponta de aço inox fundo de rosca com corpo transparente azul resinas termoplásticas, metal, tinta a base de óleo, corantes, solventes. Protetor de metal com rosca, para escrever em diário, caixa com 50 und.	CX	25	6	60
Nome: caneta esferográfica bp-s 0.7mm preta com ponta de aço inox fundo de rosca com corpo transparente azul resinas termoplás Especificação: caneta esferográfica bp-s 0.7mm preta com ponta de aço inox fundo de rosca com corpo transparente azul resinas termoplásticas, metal, tinta a base de óleo, corantes, solventes. Protetor de metal com rosca, para escrever em diário, caixa com 50 und.	CX	19	6	40
Nome: caneta esferográfica bp-s 0.7mm vermelha com ponta de aço inox fundo de rosca com corpo transparente azul resinas termop Especificação: caneta esferográfica bp-s 0.7mm vermelha com ponta de aço inox fundo de rosca com corpo transparente azul resinas termoplásticas, metal, tinta a base de óleo, corantes, solventes. Protetor de metal com rosca, para escrever em diário, caixa com 50 und.	CX	20	6	40
Nome: caneta marca texto cores variadas, tampa sem obstrução. Especificação: caneta marca texto cores variadas, tampa sem obstrução.	UND	342	***	***
Nome: capa para encadernação em polipropileno azul ou preta no tamanho a-4 - 210 x 297. Pacote com 10 unid Especificação: capa para encadernação em polipropileno azul ou preta no tamanho a-4 - 210 x 297. Pacote com 10 unid.	PCT	70	50	70
Nome: capa para encadernação em polipropileno incolor no tamanho a-4 - 210 x 297. Pacote com 10 unid Especificação: capa para encadernação em polipropileno	PCT	50	50	70



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

incolor no tamanho a-4 - 210 x 297. Pacote com 10 unid.				
Nome: cartolina dupla face 128g/m² 48x66 cores variadas Especificação: cartolina dupla face 128g/m² 48x66 cores variadas.	UND	40	***	***
Nome: cartolina escolar, 50x66mm, cores diversas Especificação: cartolina escolar, 50x66mm, cores diversas.	UND	40	***	100
Nome: cliques metálicos nº 2/0, caixa com 100 unidades. Especificação: cliques metálicos nº 2/0, caixa com 100 unidades.	CX	186	70	150
Nome: cliques metálicos nº 4/0, caixa com 50 unidades Especificação: cliques metálicos nº 4/0, caixa com 50 unidades.	CX	441	70	400
Nome: cliques metálicos nº 6/0, caixa com 50 unidades Especificação: cliques metálicos nº 6/0, caixa com 50 unidades	CX	336	70	300
Nome: cola bastão, atóxica, com fundo rosqueado sob pressão, frasco +/- 20gr para papéis, tecido, etc. Especificação: cola bastão, atóxica, com fundo rosqueado sob pressão, frasco +/- 20gr para papéis, tecido, etc.	UND	51	100	200
Nome: cola branca para papel 90g Especificação: cola branca para papel 90g.	UND	73	100	500
Nome: cola branca, atóxica, base de pva, líquida, tubo de 90gr. Especificação: cola branca, atóxica, base de pva, líquida, tubo de 90gr.	UND	51	100	***
Nome: cola líquida para eva e isopor 90g Especificação: cola líquida para eva e isopor 90g	UND	12	***	***
Nome: corretivo líquido com 18ml, secagem rápida, base de água, não tóxica. Especificação: corretivo líquido com 18ml, secagem rápida, base de água, não tóxica.	UND	26	20	120
Nome: elástico látex amarelo, nº 18, pct c 500g Especificação: elástico látex amarelo, nº 18, pct com 500g	PCT	50	20	50
Nome: encadernadora tamanho ofício para espiral com 54 furos, Especificação: encadernadora tamanho ofício para espiral com 54 furos, ajuste margem e profundidade de acordo com diâmetro da espiral e capacidade de furação de no mínimo 15 fls. Cada vez.3016.	UND	6	5	6



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

Nome: envelope carta 114x162 Especificação: envelope carta 114x162.	UND	***	100	100
Nome: envelope média 125 x 125 75g Especificação: envelope média 125 x 125 75g.	UND	***	100	100
Nome: envelope ofício 24 x 32 cm a4 branco (pact com 1000 unidade) Especificação: envelope ofício 24 x 32 cm a4 branco (pact com 1000 unidade).	PCT	121	***	30
Nome: envelope ofício 24 x 34 cm a4 pardo (pact com 1000 unidade) Especificação: envelope ofício 24 x 34 cm a4 pardo (pact com 1000 unidade).	PCT	100	***	30
Nome: envelope plástico reutilizável, tamanho ofício. Especificação: envelope plástico reutilizável, tamanho ofício.	UND	380	100	300
Nome: envelope saco 176 x 250 branco Especificação: envelope saco 176 x 250 brancos.	UND	151	100	200
Nome: envelope saco 200 x 280 kraft ouro Especificação: envelope saco 200 x 280 kraft ouro.	UND	101	100	200
Nome: envelope saco 260x360 ofício branco Especificação: envelope saco 260x360 ofício branco.	UND	201	100	100
Nome: envelope tipo saco plástico para pastas catálogo, Especificação: tamanho ofício-ii, 4 furos, 15 micras, pacote com 50 unidades.	PCT	***	***	10
Nome: envelope tipo saco, kraft natural, sem timbre, medindo 17,6 x 25 cm, Especificação: envelope tipo saco, kraft natural, sem timbre, medindo 17,6 x 25 cm, mínimo 80g/m², caixa com 250 unidades	CX	11	100	15
Nome: espiral plástico preto 07 mm. Pacote com 100 unid. Especificação: espiral plástico preto 07 mm. Pacote com 100 unid.	PCT	***	10	10
Nome: espiral plástico preto 09 mm. Pacote com 100 unid. Especificação: espiral plástico preto 09 mm. Pacote com 100 unid.	PCT	***	10	10
Nome: espiral plástico preto 12 mm. Pacote com 100 unid. Especificação: espiral plástico preto 12 mm. Pacote com 100 unid.	PCT	***	10	10



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

Nome: espiral plástico preto 14 mm. Pacote com 100 unid. Especificação: espiral plástico preto 14 mm. Pacote com 100 unid.	PCT	***	10	10
Nome: espiral plástico preto 17 mm. Pacote com 100 unid. Especificação: espiral plástico preto 17 mm. Pacote com 100 unid.	PCT	***	10	10
Nome: espiral plástico preto 20 mm. Pacote com 80 unid. Especificação: espiral plástico preto 20 mm. Pacote com 80 unid.	PCT	***	10	10
Nome: espiral plástico preto 23 mm. Pacote com 60 unid. Especificação: espiral plástico preto 23 mm. Pacote com 60 unid.	PCT	***	10	10
Nome: espiral plástico preto 29 mm. Pacote com 36 unid. Especificação: espiral plástico preto 29 mm. Pacote com 36 unid.	PCT	***	10	10
Nome: espiral plástico preto 33 mm. Pacote com 27 unid. Especificação: espiral plástico preto 33 mm. Pacote com 27 unid.	PCT	***	10	10
Nome: espiral plástico preto 40 mm. Pacote com 18 unid. Especificação: espiral plástico preto 40 mm. Pacote com 18 unid.	PCT	***	10	10
Nome: espiral plástico preto 50 mm. Pacote com 12 unid. Especificação: espiral plástico preto 50 mm. Pacote com 12 unid.	PCT	***	10	10
Nome: estilete estreito em plástico resistente com lâmina de 9mm Especificação: estilete estreito em plástico resistente com lâmina de 9mm.	UND	50	20	120
Nome: estilete largo em plástico resistente com lâmina de 18mm Especificação: estilete largo em plástico resistente com lâmina de 18mm.	UND	28	10	60
Nome: etiqueta a4 210 x 297 mm c/ 100fls Especificação: etiqueta a4 210 x 297 mm c/ 100fls.	CX	30	10	60
Nome: etiqueta autoadesiva - 80 etiquetas por folha Especificação: para impressora jato de tinta, laser e copiadoras, 80 etiquetas por folha, cor branca, formato a4, em papel branco fosco, embalagem contendo mínimo 100 folhas.	CX	31	10	80
Nome: etiqueta autoadesiva em folha a4 - 33 etiquetas por folha Especificação: para impressora jato de tinta, laser e copiadoras, 33 etiquetas por folha, cor branca,	CX	25	10	80



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUM

formato a4, em papel branco fosco, embalagem contendo mínimo 100 folhas.				
Nome: extrator de grampos, material em aço inoxidável, tipo espátula, tratamento superficial cromado, com pontas arredondadas. Especificação: extrator de grampos, material em aço inoxidável, tipo espátula, tratamento superficial cromado, com pontas arredondadas.	UND	50	20	100
Nome: fita adesiva parda própria para empacotamento, tamanho 45 x 50m. Especificação: fita adesiva parda própria para empacotamento, tamanho 45 x 50m.	UND	26	50	100
Nome: fita adesiva transparente (estreita), tipo durex, tamanho 12mm x 30m Especificação: fita adesiva transparente (estreita), tipo durex, tamanho 12mm x 30m.	UND	57	50	150
Nome: fita adesiva, material celofane transparente, tipo monoface, largura 12 mm, comprimento 30 m, cor incolor Especificação: fita adesiva, material celofane transparente, tipo monoface, largura 12 mm, comprimento 30 m, cor incolor, aplicação multiuso	UND	***	***	10
Nome: fita adesiva, material crepe, Especificação: fita adesiva, material crepe, tipo monoface, largura 19 mm, comprimento 50 m, cor branca, aplicação multiuso.	UND	100	***	100
Nome: fita adesiva, material polipropileno transparente, largura 50 mm, Especificação: tipo monoface, largura 50 mm, comprimento 50 m, cor incolor, aplicação multiuso.	UND	100	***	100
Nome: folha de eva cores variadas Especificação: folha de eva cores variadas.	UND	30	***	***
Nome: giz de lousa branco plastificado quadro negro com 50 unidades Especificação: giz de lousa branco plastificado quadro negro com 50 unidades.	CX	5	***	***
Nome: gizão de cera com 12 unidades Especificação: gizão de cera com 12 unidades.	CX	35	200	200
Nome: glitter pvc metal dourado 500 g Especificação: glitter pvc metal dourado 500 g.	UND	10	100	250



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUM

Nome: gliter pvc metal prata 500 g Especificação: glitter pvc metal prata 500 g.	UND	58	100	250
Nome: grampeador de metal mx-g20e p/ 30 folhas Especificação: grampeador de metal mx-g20e p/ 30 folhas.	UND	100	30	130
Nome: grampeador de metal mx-g20e p/ 50 folhas Especificação: grampeador de metal mx-g20e p/ 50 folhas.	UND	10	***	30
Nome: grampeador, aterial metal, tipo mesa, capacidade até 100 fl, tamanho grampo 23/8, 3/10. 23/13, 24/8 e 24/10 Especificação: grampeador, aterial metal, tipo mesa, capacidade até 100 fl, tamanho grampo 23/8, 3/10. 23/13, 24/8 e 24/10.	UND	12	10	13
Nome: grampo para grampeador 106/6 galvanizados caixa com 5000 unidades. Especificação: grampo para grampeador 106/6 galvanizado caixa com 5000 unidades.	CX	215	20	200
Nome: grampo para grampeador 26/6 galvanizados caixa com 5000 unidades. Especificação: grampo para grampeador 26/6 galvanizado caixa com 5000 unidades.	CX	50	20	150
Nome: grampo para grampeador 9/10 galvanizados. Caixa com 1000 unidades. Especificação: grampo para grampeador 9/10 galvanizados. Caixa com 1000 unidades.	CX	50	20	60
Nome: grampo trilho Especificação: caixa com 50 unid	CX	***	***	10
Nome: grampo trilho - pct Especificação: grampo trilho – pct.	PCT	110	***	10
Nome: kit c/12 und, caneta marca texto traço amarelo luminoso, dimensão do item 13.5 x 1.5 x 1 cm. Especificação: kit c/12 und, caneta marca texto traço amarelo luminoso, dimensão do item 13.5 x 1.5 x 1 cm.	CX	***	***	10
Nome: kit c/12 und, caneta marca texto traço azul luminoso, dimensão do item 13.5 x 1.5 x 1 cm. Especificação: kit c/12 und, caneta marca texto traço azul luminoso, dimensão do item 13.5 x 1.5 x 1 cm.	CX	***	***	10
Nome: kit c/12 und, caneta marca texto traço rosa luminoso, dimensão do item 13.5 x 1.5 x 1 cm. Especificação: kit c/12 und, caneta marca texto traço rosa luminoso, dimensão do item 13.5 x 1.5 x 1 cm.	CX	***	***	10



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

Nome: kit c/12 und, caneta marca texto traço verde luminoso, dimensão do item 13.5 x 1.5 x 1 cm. Especificação: kit c/12 und, caneta marca texto traço verde luminoso, dimensão do item 13.5 x 1.5 x 1 cm.	CX	***	***	10
Nome: kit tinta Epson originais t504 p/l4150 Especificação: kit tinta Epson originais t504 p/l4150.	KIT	10	***	***
Nome: lápis borracha eco com marca impressa no corpo Especificação: lápis borracha eco com marca impressa no corpo.	UND	100	300	500
Nome: lápis grafite nº 2 preto caixa com 50 unds Especificação: lápis grafite nº 2 pretos caixa com 50 unds.	CX	13	25	70
Nome: lapiseira técnica, material metal e plástico, com borracha, recarregável, diâmetro carga 0,7 mm Especificação: lapiseira técnica, material metal e plástico, com borracha, recarregável, acionamento automático da mina ao escrever, diâmetro carga 0,7mm.	UND	207	***	200
Nome: livro ata (sem margem, capa dura, preta, páginas numeradas, 100 folhas) Especificação: livro ata (sem margem, capa dura, preta, páginas numeradas, 100 folhas)	UND	50	25	120
Nome: livro fiscal, tipo registro específico farmácia, quantidade folhas 100 un, aplicação escritório Especificação: livro fiscal, tipo registro específico farmácia, quantidade folhas 100 un, aplicação escritório	UND	***	***	10
Nome: livro ponto 50 folhas Especificação: livro ponto 50 folhas.	UND	35	***	***
Nome: livro protocolo, quantidade folhas 100 un, comprimento 220 mm, largura 155 mm, Especificação: livro protocolo, quantidade folhas 100 un, comprimento 220 mm, largura 155 mm, tipo capa dura, características adicionais impressão ofsete, duas faces, cor preta, material capa papelão, gramatura folhas 75 g/m2, material folhas papel apergaminhado.	UND	14	10	110
Nome: marcador para quadro branco - traço 2 mm, na cor azul. Especificação: espessura do traço 2 mm, na cor azul.	UND	100	10	110
Nome: marcador para quadro branco recarregável profissional. Diversas cores	UND	213	***	***



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

Especificação: marcador para quadro branco recarregável profissional. Diversas cores				
Nome: marcador para quadro branco, espessura do traço 2 mm, na cor preta. Especificação: marcador para quadro branco, espessura do traço 2 mm, na cor preta.	UND	***	***	50
Nome: marcador para quadro branco, espessura do traço 2 mm, na cor verde. Especificação: marcador para quadro branco, espessura do traço 2 mm, na cor verde.	UND	***	***	30
Nome: marcador para quadro branco, espessura do traço 2 mm, na cor vermelha. Especificação: marcador para quadro branco, espessura do traço 2 mm, na cor vermelha.	UND	***	***	30
Nome: marcador permanente cores sortidas Especificação: cores sortidas-marcador permanente	UND	50	***	50
Nome: mina grafite. Diâmetro 0,7mm. Dureza da carga: hb. Comprimento 60mm. Tubo com 12 unidades. Especificação: mina grafite. Diâmetro 0,7mm. Dureza da carga: hb. Comprimento 60mm. Tubo com 12 unidades.	UND	100	***	***
Nome: mina grafite. Diâmetro 0,9mm. Dureza da carga: hb. Comprimento 60mm. Tubo com 12 unidades. Especificação: mina grafite. Diâmetro 0,9mm. Dureza da carga: hb. Comprimento 60mm. Tubo com 12 unidades.	UND	12	***	***
Nome: molhador de dedos em pasta, 12g Especificação: molhador de dedos em pasta, 12g	UND	100	***	100
Nome: organizador mesa escritório bandeja documentos papel Especificação: organizador mesa escritório bandeja documentos papel triplo- organizador de documentos para escritório com 3 bandejas tipo gaveta deslizante em metal amado. Escaninho / caixa correspondência. Dimensões totais: altura: 26,5 cm. Largura: 29,5 cm. comprimento: 34,5 cm.	UND	100	10	100
Nome: papel a4, material alcalino, gramatura 75 m², cor branca, medindo 210 x 297 mm, Especificação: papel a4, material alcalino, gramatura 75 m², cor branca, medindo 210 x 297 mm.	CX	125	100	***



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

Nome: papel adesivo a4 branco pct com 100 folhas Especificação: papel adesivo a4 branco pct com 100 folhas.	PCT	2	***	***
Nome: papel cartão branco - gramatura 180 gramas, Especificação: papel cartão branco - gramatura 180 gramas, proveniente de madeira replantada, para impressão a laser, tamanho a4, pacotes com 100 folhas	PCT	***	***	10
Nome: papel cartão cores variadas Especificação: papel cartão cores variadas	UND	50	***	***
Nome: papel crepado tratado e coberto em uma das faces com adesivo a base de borracha natural. (fita crepe) 25mm x 50mm Especificação: papel crepado tratado e coberto em uma das faces com adesivo a base de borracha natural. (fita crepe) 25mm x 50mm	UND	31	30	80
Nome: papel crepado tratado e coberto em uma das faces com adesivo a base de borracha natural. (fita crepe) 48mm x 50mm Especificação: papel crepado tratado e coberto em uma das faces com adesivo a base de borracha natural. (fita crepe) 48mm x 50mm.	UND	31	30	80
Nome: papel lembrete 76x76 mm colorido - bloco com 100 fls Especificação: papel lembrete 76x76 mm colorido - bloco com 100 fls descrição geral bloco recado, material papel, colorido, largura 76mm, comprimento 76mm, tipo removível, características adicionais auto adesivo.	UND	30	30	30
Nome: papel madeira 60x9cm pacote com 100 unidades Especificação: papel madeira 60x9cm pacote com 100 unidades.	PCT	2	***	***
Nome: papel sulfite a3 caixa com 10 resmas Especificação: papel sulfite a3 caixa com 10 resmas.	CX	1	***	***
Nome: papel sulfite a4 Especificação: papel sulfite a4	CX	5	***	***
Nome: papel vergê a4, 210 x 297 mm, várias cores. Especificação: papel vergê a4, 210 x 297 mm, várias cores.	PCT	13	100	150
Nome: papel, adesivo, tipo contato, 45 cm x 25 m, Especificação: papel, adesivo, tipo contato, 45 cm x 25 m, transparente, rolo 1 unidade.	ROL	***	10	10



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUM

Nome: pasta a/z lombada larga, 80mm, com visor, tamanho ofício. Caratão 2mm, forrado compapel monolúcido 75g plastificado. Especificação: pasta a/z lombada larga, 80mm, com visor, tamanho ofício. Cartão 2mm, forrado com papel monolúcido 75g plastificado.	UND	1.080	100	550
Nome: pasta aba elastico ofício 335mm x 235mm Especificação: pasta aba elástico ofício 335mm x 235mm.	UND	70	***	***
Nome: pasta arquivo, material plástico corrugado flexível, Especificação: pasta arquivo, material plástico corrugado flexível, tipo com abas, largura 250 mm, altura 340 mm, lombada 20 mm, cor amarela, características adicionais com elástico.	UND	162	200	700
Nome: pasta catálogo, capa preta em pvc, com 50 envelopes plásticos, tamanho ofício, com visor. Especificação: pasta catálogo, capa preta em pvc, com 50 envelopes plásticos, tamanho ofício, com visor.	UND	68	50	100
Nome: pasta classificador transparente com ferragem Especificação: pasta classificador transparente com ferragem.	UND	200	50	50
Nome: pasta com aba elástico ofício sem lombro (dimensões 235x336mm) cores sortidas Especificação: pasta com aba elástico ofício sem lombo (dimensões 235x336mm) cores sortidas.	UND	101	100	300
Nome: pasta com grampo e trilho em plastico transparente Especificação: pasta com grampo e trilho em plástico transparente.	UND	162	50	250
Nome: pasta de arquivo expansível actfaith accordion organizador de arquivos 26 bolsos a4 Especificação: pasta de arquivo expansível actfaith accordion organizador de arquivos 26 bolsos a4 caixas de arquivo grande capacidade caixa de armazenamento com bolsa de rede arco-íris a-z alfabeto colorido abas para documento/papel/conta/recibo.	UND	50	***	50
Nome: pasta l ofício em pilietileno Especificação: pasta l ofício em polietileno. Cores diversas.	UND	92	50	100
Nome: pasta plástica aba com elástico 10mm Especificação: pasta plástica aba com elástico 10mm.	UND	50	***	***



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUM

Nome: pasta plástica aba com elástico 20mm Especificação: pasta plástica aba com elástico 20mm.	UND	50	***	***
Nome: pasta plástica aba com elástico 30mm Especificação: pasta plástica aba com elástico 30mm.	UND	50	***	***
Nome: pasta plástica aba com elástico 40mm Especificação: pasta plástica aba com elástico 40mm.	UND	50	***	***
Nome: pasta plástica envelope com fechamento em velcro Especificação: pasta plástica envelope com fechamento em velcro.	UND	50	***	***
Nome: pasta poliondas com aba e elástico lombo 35 mm, cores diversas. Especificação: pasta poli ondas com aba e elástico lombo 35 mm, cores diversas.	UND	150	50	150
Nome: pasta poliondas com aba e elástico lombo 55 mm, cores diversas. Especificação: pasta poli ondas com aba e elástico lombo 55 mm, cores diversas.	UND	50	50	250
Nome: pasta sanfonada ofício 12 divisões Especificação: em polietileno. Fechamento com elástico. Cores diversas.	UND	106	50	80
Nome: pasta suspensa kraft, c/ haste plastica, com grampo, c/ etiqueta. Especificação: pasta suspensa kraft, c/ haste plástica, com grampo, c/ etiqueta.	UND	710	50	350
Nome: pasta suspensa marmorizada papelão Especificação: pasta suspensa marmorizado papelão.	UND	1.000	***	300
Nome: pen drive 16gb Especificação: pen drive 16gb.	UND	35	20	25
Nome: pen drive 8gb Especificação: pen drive 8gb.	UND	20	10	25
Nome: percevejos Especificação: percevejos.	CX	10	***	***
Nome: perfurador de papel em metal, 2 furos, capacidade para furar até 20 folhas com espaçamento de 80mm entre os furos. Especificação: perfurador de papel em metal, 2 furos, capacidade para furar até 20 folhas com espaçamento de 80mm entre os furos.	UND	50	5	105
Nome: perfurador de papel em metal, 2 furos, capacidade para furar até 70 folhas com espaçamento de 80mm entre os furos.	UND	9	5	55



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUM

Especificação: perfurador de papel em metal, 2 furos, capacidade para furar até 70 folhas com espaçamento de 80mm entre os furos.				
Nome: pilha, tamanho aa, 1.5v, alcalina, caixa com 60 und. Especificação: pilha, tamanho aa, 1.5v, alcalina, caixa com 60 und.	CX	10	10	60
Nome: pilha, tamanho aaa, 1.5v, alcalina caixa com 40 und. Especificação: pilha, tamanho aaa, 1.5v, alcalina caixa com 40 und.	CX	10	10	110
Nome: pilha, tamanho c, 1.5v, alcalina Especificação: pilha, tamanho c, 1.5v, alcalina.	UND	11	10	60
Nome: pilha, tipo bateria, 9v, alcalina, dimensões: 44.5x10.5 mm Especificação: pilha, tipo bateria, 9v, alcalina, dimensões: 44.5x10.5 mm.	UND	11	10	60
Nome: pilha, tipo bateria, referencia a23, 12v, alcalina Especificação: pilha, tipo bateria, referencia a23, 12v, alcalina.	UND	10	***	10
Nome: pilha, tipo bateria, referencia cr2032, 3v Especificação: referencia cr2032, 3v, lítio.	UND	10	10	310
Nome: pilha, tipo bateria, referencia lr44, 1.5v, alcalina Especificação: pilha, tipo bateria, referencia lr44, 1.5v, alcalina.	UND	11	***	10
Nome: pincel atômico cor azul, tinta a base de álcool, com ponta de feltro, ponta grossa, 80mm. Especificação: pincel atômico cor azul, tinta a base de álcool, com ponta de feltro, ponta grossa, 80mm.	UND	22	10	40
Nome: pincel atômico cor preta, tinta à base de álcool, com ponta de feltro, ponta grossa, 80mm. Especificação: pincel atômico cor preta, tinta à base de álcool, com ponta de feltro, ponta grossa, 80mm.	UND	10	10	40
Nome: pincel atômico cor vermelha, tinta à base de álcool, com ponta de feltro, ponta grossa, 80mm. Especificação: pincel atômico cor vermelha, tinta à base de álcool, com ponta de feltro, ponta grossa, 80mm.	UND	10	10	40
Nome: pistola para cola quente silicone grande Especificação: pistola para cola quente silicone grande.	UND	30	30	30
Nome: pistola para cola quente silicone p Especificação: pistola para cola quente silicone p.	UND	28	20	30



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

Nome: plastico, adesivo, dimensao 45 cm x 25 metros transparente Especificação: plástico, adesivo, dimensão 45 cm x 25 metros transparente.	UND	11	***	***
Nome: porta lapis / cliques e lembrete - poliestireno cristal Especificação: porta lápis / cliques e lembrete - poliestireno cristal.	UND	44	20	70
Nome: prancheta, em acrílico tamanho officio. Especificação: prancheta, em acrílico tamanho officio.	UND	50	40	120
Nome: quadro avisos, material cortiça, comprimento 90 cm, largura 120 cm, Especificação: quadro avisos, material cortiça, comprimento 90 cm, largura 120 cm, finalidade mural, material moldura alumínio.	UND	6	5	60
Nome: quadro branco magnetico (de aviso -mural)1,00x0,92 cm moldura de alumínio 1 Especificação: quadro branco magnético (de aviso - mural)1,00x0,92 cm moldura de alumínio 10501 – acabamento em chapa tela em chapa metálica galvanizada branca -acompanha acessórios para instalação e bottons magnéticos fixações invisíveis.	UND	11	***	50
Nome: quadro de avisos 6 displays a4 de acrílico Especificação: quadro de avisos 6 displays a4 de acrílico	UND	***	***	20
Nome: régua 30 cm cristal Especificação: régua 30 cm cristal	UND	208	20	120
Nome: régua escritório, material poliestireno, comprimento 60 cm, graduação centímetro Especificação: régua escritório, material poliestireno, comprimento 60 cm, graduação centímetro.	UND	6	5	5
Nome: tesoura aço inox 21 cm Especificação: tesoura aço inox 21 cm.	UND	24	50	100
Nome: tesoura escolar sem ponta em aço inox, com 12/13cm Especificação: tesoura escolar sem ponta em aço inox, com 12/13cm.	UND	20	50	100
Nome: tinta para carimbo preta Especificação: tinta para carimbo preta.	UND	20	***	***

2.1. Natureza do Objeto



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

Os serviços objeto desta contratação são classificados como de natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

Para critério de aceitabilidade, será considerado o **MENOR PREÇO** por item.

2.2. Vigência

A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, conforme o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

A vigência da Ata poderá ser prorrogada uma única vez por igual período, desde que:

- a) Haja previsão expressa no edital ou na ata que será gerada;
- b) Reste demonstrado, mediante pesquisa de mercado, que os preços permanecem vantajosos à Administração;
- c) Seja formalizada por termo aditivo, antes do vencimento da Ata;
- d) Seja prorrogada dentro dos limites previstos em lei, podendo ser rescindido unilateralmente, por conveniência da Administração ou por infração às disposições legais e contratuais.

A vigência total da Ata, incluída a prorrogação, não poderá ultrapassar 24 (vinte e quatro) meses.

Os contratos celebrados com fundamento na presente Ata poderão ter prazos de vigência e de execução distintos do prazo da Ata, desde que:

- a) Sejam formalizados durante a vigência da Ata;
- b) Observem os limites da legislação vigente, especialmente o art. 105 da Lei nº 14.133/2021;
- c) Estejam dentro dos quantitativos registrados.

A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a empresa contratada.

A vigência do contrato poderá ultrapassar o prazo de validade da Ata, desde que observadas as condições acima.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A fundamentação da contratação se encontra pormenorizada em justificativa apresentada no DFD – Documento de Formalização de Demanda, bem como no Estudo Técnico Preliminar, documentos apêndices a este Termo de Referência.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

A necessidade da presente contratação tem como intuito atender às demandas dos órgãos contratantes, em especial aquelas ligadas à aquisição de materiais de expediente para suprir as necessidades administrativas da Prefeitura Municipal de Maruim/SE, de suas Secretarias e Fundos vinculados. Esses materiais são essenciais para assegurar a continuidade e eficiência das atividades administrativas, o cumprimento das normas legais e a melhoria do atendimento à população. Considerando a insuficiência do estoque disponível e a inexistência de instrumento vigente para atendimento imediato da demanda, faz-se necessária a adoção de providências administrativas para evitar a interrupção dos serviços públicos. A contratação visa garantir a conformidade legal dos atos administrativos praticados, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/21, promovendo assim uma gestão pública eficiente e transparente.

4. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021)

Os bens, objeto da presente licitação, caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente oferecidos por diversos fornecedores e facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

A adoção do SRP – Sistema de Registro de Preços enquadra-se perfeitamente na conveniência da contratação, proporcionando melhor planejamento dos gastos públicos, de acordo com o artigo 2º do Decreto nº 11.462/2023, que dispõe que o Sistema de Registro de Preços -SRP é um conjunto de procedimentos para a realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, às obras e à aquisição e à locação de bens para contratações futuras.

Ainda sobre SRP, o artigo 3º do Decreto nº 11.462/2023 estabelece as hipóteses em que a Administração Pública Federal pode utilizar o SRP:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

- I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
- II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;
- III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Nesse caso, justifica-se a realização do presente processo pelas condições e pelas hipóteses que seguem:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, com fundamento nos termos do art. 34 do Decreto nº 11.462/2023.

A fundamentação da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico do Documento de Formalização de Demanda, bem como do Estudo Técnico Preliminar, apêndices deste Termo de Referência.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar e, apêndice deste Termo de Referência.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, XI e XIV)

Promover o acompanhamento e fiscalização da Ata, através do fiscal, anotando em Registro próprio as falhas detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos.

Efetuar o pagamento relativo ao objeto efetivamente fornecido, em estrita observância às condições, prazos e demais cláusulas previstas no instrumento contratual e na legislação aplicável.

Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade e/ou vício nos produtos adquiridos para que seja providenciada a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação.

Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos arts. 115 a 123 da Lei nº 14.133/21.

Realizar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, conforme critérios estabelecidos no instrumento contratual, verificando a conformidade com as especificações técnicas e quantitativos solicitados.

Comunicar formalmente à Contratada qualquer alteração de cronograma, local de entrega ou necessidade operacional que impacte a execução do objeto, quando devidamente justificada.

Zelar pela guarda, controle e correta utilização dos materiais recebidos, adotando procedimentos internos de controle de estoque e distribuição.

Disponibilizar informações e orientações necessárias para o correto atendimento das ordens de fornecimento, sempre que demandado.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária, previdenciária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado, inclusive as despesas relativas a frete e/ou carreto, seguro, embalagens e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento ora contratado.

Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente apresentou a documentação de regularidade e qualificação exigidas quando da instrução do referido processo de contratação direta.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração, prestando todos os esclarecimentos solicitados e acatando as reclamações formuladas.

Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao Órgão Contratante, ou ainda a terceiros, na execução do objeto deste Termo e da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento do contrato pelo Órgão Contratante.

Adotar os critérios de segurança e higiene previstos na legislação vigente, tanto para seus empregados, quanto para a execução do fornecimento.

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em Lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, quando se enquadrar nestas hipóteses, conforme o disposto na legislação, respeitadas as proporções para empregar pessoas com deficiência, que variam de acordo com a quantidade de funcionários.

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos arts. 115 a 123 da Lei nº 14.133/21.

Atender rigorosamente às ordens de fornecimento emitidas pelo Contratante, respeitando prazos, quantidades, locais e condições estabelecidas;

Garantir que os materiais fornecidos sejam novos, de primeira linha, em perfeitas condições de uso, compatíveis com as especificações técnicas exigidas.

Providenciar a substituição imediata, sem ônus adicional, de materiais que apresentem defeitos, avarias, inconformidades ou divergências em relação às especificações.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

Assegurar que os materiais possuam identificação adequada, incluindo marca, fabricante, lote e validade, quando aplicável.

Responsabilizar-se pelo correto acondicionamento, transporte e descarregamento dos materiais, de modo a preservar sua integridade até o recebimento definitivo.

Garantir a rastreabilidade dos materiais fornecidos, sempre que aplicável, possibilitando controle, conferência e eventual substituição.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)

8.1. Sustentabilidade

Respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, a contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental durante a execução contratual, especialmente no fornecimento dos materiais, observando, sempre que aplicável e tecnicamente viável, os critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

8.2. Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

8.3. Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

Não serão exigidas condições de manutenção e assistência técnica.

A Contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da mesma Lei.

8.4. Demais requisitos:

- Garantia de atendimento contínuo da demanda, com definição de prazos adequados para entrega, de modo a não comprometer a continuidade das atividades administrativas e operacionais dos órgãos municipais;
- Fornecimento de produtos novos, originais, de primeira linha, sem uso anterior ou recondicionamento, em perfeitas condições de uso, atendendo integralmente às especificações técnicas e funcionais estabelecidas;
- Atendimento às normas técnicas e certificações aplicáveis, incluindo, quando couber, normas da ABNT ou equivalentes, assegurando padrões mínimos de qualidade, segurança e desempenho;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUM

- Garantia de qualidade, durabilidade e eficiência dos materiais, compatíveis com o uso contínuo nas rotinas administrativas, de forma a evitar substituições frequentes e assegurar o melhor aproveitamento dos recursos públicos;
- Compatibilidade dos materiais com os equipamentos, sistemas e mobiliários atualmente utilizados pela Administração, sem necessidade de adaptações que comprometam o funcionamento dos serviços;
- Identificação e rotulagem adequadas dos produtos, contendo informações claras sobre fabricante, marca, especificações técnicas, lote e validade, quando aplicável, em conformidade com a legislação vigente;
- Acondicionamento em embalagens apropriadas, resistentes e seguras, que garantam a integridade dos materiais durante o transporte e o armazenamento, sendo de responsabilidade do fornecedor quaisquer danos decorrentes de embalagens inadequadas;
- Substituição imediata de materiais que apresentem defeitos, avarias, inconformidades ou estejam em desacordo com as especificações estabelecidas, sem ônus adicional para a Administração;
- Capacidade logística e operacional comprovada para atendimento das entregas nos prazos, quantidades e locais indicados pela Administração Municipal, garantindo a continuidade dos serviços públicos.

9. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

Os materiais adquiridos deverão ser entregues nos endereços indicados nas ordens de fornecimento.

Os setores responsáveis pelos recebimentos serão indicados nas ordens de fornecimento.

A entrega dos materiais adquiridos deverá ser feita no horário de funcionamento dos órgãos demandantes, de segunda a sexta-feira.

Excepcionalmente, a entrega dos materiais adquiridos fora do horário de expediente, bem como nos sábados, domingos e feriados poderá ser solicitada pela Administração, desde que previamente informado ao fornecedor.

O prazo de entrega dos itens é de até 5 (cinco) dias úteis após a data de recebimento das ordens de fornecimento, contados a partir do primeiro dia útil após o envio da Autorização de Fornecimento.

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Os demais aspectos do fornecimento dos bens objeto deste Termo encontram-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

Os materiais deverão ser entregues devidamente organizados, identificados e acondicionados, de forma a facilitar a conferência, o armazenamento e a distribuição interna.

A execução contratual deverá observar a continuidade do fornecimento, evitando desabastecimento dos setores administrativos e prejuízos ao funcionamento dos serviços públicos.

A eventual substituição de materiais ocorrerá conforme os prazos e condições definidos no instrumento contratual, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

10. MODELO DA GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei 14.133/2021)

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução poderá ser prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Gestor do Contrato

O gestor do contrato coordena a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Indicação dos fiscais e gestores da contratação:

O gestor e o fiscal do contrato serão oportunamente designados por Portaria específica, a ser expedida pela autoridade competente, após a finalização do processo, com a devida indicação dos responsáveis e de suas atribuições.

11. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS (art. 92, V, XI)

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso de pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, o prazo para resposta será de 60 (sessenta) dias.

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços pactuados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite para apresentação da proposta de preços pela empresa Contratada, no instrumento convocatório, utilizando-se a variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, acumulado no período.

Caso a legislação altere o prazo de reajuste ou o índice definido no item anterior, será adotado o que for definido pelo Governo Federal.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação, devendo sua eventual concessão ser precedida de solicitação da empresa contratada.

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

A empresa contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECIMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “h” da Lei 14.133/2021)

12.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio de licitação, na modalidade **PREGÃO**, em sua forma **ELETRÔNICA**, adotando-se o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** e, ainda, com a utilização do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

12.2. Forma de fornecimento

A entrega do objeto será feita de forma parcelada, conforme solicitações dos órgãos contratantes.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

12.3. Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

12.3.1. Habilitação jurídica

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.3.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 2 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da Lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

12.4. Qualificação Econômico-Financeira

Será exigida somente a Certidão Cível negativa quanto a processo de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

Não será exigida a apresentação de Balanço Patrimonial ou demais demonstrações contábeis, tendo como fundamento o seguinte:

Nos termos do art. 63, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública pode exigir demonstrações contábeis como critério de habilitação econômico-financeira, desde que observadas a natureza, o porte da empresa, a complexidade, regionalidade e o valor do contrato.

No presente caso, considerando que o objeto do contrato possui baixo valor estimado e baixa complexidade operacional, a exigência de balanço patrimonial e outras demonstrações contábeis se mostra desproporcional e desnecessária, não representando ganho efetivo na análise da



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

capacidade financeira das licitantes.

A exigência da Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial revela-se, portanto, suficiente e adequada para resguardar o interesse público, estando em conformidade com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, eficiência e economicidade, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

12.5. Qualificação Técnica

Atestados e/ou declarações de capacidade técnica, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, em nome da licitante, que comprovem a sua aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste Termo e da licitação e/ou prestação de serviços similares, equivalentes ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou filial do fornecedor.

Os atestados deverão conter as seguintes informações, que permitam a identificação correta do prestador, tais como:

- a) Nome, CNPJ e endereço completo do emitente da certidão;
- b) Nome e CNPJ do prestador;
- c) Data de emissão do atesto ou da certidão;
- d) Identificação e assinatura do signatário (nome e cargo que exerce na emitente).

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, letra “g” da Lei 14.133/2021)

13.1. Recebimento

O recebimento do objeto será realizado, em regra, de forma definitiva, no ato do abastecimento ou da entrega, mediante conferência da quantidade e da conformidade com as especificações contratuais, com o Termo de Referência e com a proposta da contratada.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

Constatadas divergências de quantidade ou qualidade, ou indícios de adulteração, o fornecimento poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, devendo a contratada providenciar, às suas expensas, a imediata substituição do produto, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

Quando tecnicamente necessário, a Administração poderá condicionar o recebimento definitivo à realização de testes e ensaios junto a laboratório especializado, em prazo compatível com a natureza da análise, hipótese em que o objeto será considerado provisoriamente recebido até a conclusão do laudo.

13.2. Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, nos termos do art. 90, §21 da Lei nº 14.133/2021.

Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto aos órgãos competentes.

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

13.3. Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

13.4. Forma de pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 155 da Lei nº 14.133/2021)

Pela inexecução total ou parcial do fornecimento, pela execução do fornecimento em Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o pregão eletrônico ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

d) Multa:

- (1) moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 01 (um) dia;
- (2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante; (art. 156, §9º).

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa; (art. 156, §7º).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação; (art. 157).

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente; (art. 156, §8º).

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei. (art. 159).

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUM

Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia. (art. 160)

O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (art. 161)

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

15. DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

A empresa contratada estará sujeita às sanções civis, administrativas e penais previstas na legislação vigente, especialmente na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), no Código Penal Brasileiro e demais normas correlatas, caso pratique, direta ou indiretamente, quaisquer das condutas tipificadas como crime contra a Administração Pública, incluindo, mas não se limitando a:

- a) Fraude na execução do contrato;
- b) Fraude na cotação de preços ou simulação de competitividade;
- c) Apresentação de documentação ou declaração falsa;
- d) Entregas de produtos em desconformidade com o exigido, de forma dolosa;
- e) Frustração do caráter competitivo da contratação direta;
- f) Corrupção ativa, passiva ou conluio entre fornecedores;
- g) Fraude na qualidade, quantidade ou origem dos materiais entregues.

O descumprimento das obrigações contratuais com dolo ou má-fé poderá ensejar, além da responsabilização administrativa, a apuração criminal e o encaminhamento do fato aos órgãos competentes, inclusive Ministério Público, para as providências legais cabíveis.

16. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º, da Lei nº 13.709/18.

É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16, ambos da Lei nº 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme art. 37, da Lei nº 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.

O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

de Proteção de Dados ANPD, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

17. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, Inciso XXIII, alínea “i” da Lei 14.133/2021)

As despesas decorrentes desta Ata de Registro de Preços correrão à conta do orçamento do órgão demandante.

O valor global médio estimado da presente licitação é de **R\$ 432.599,01 (quatrocentos e trinta e dois mil e quinhentos e noventa e nove reais e um centavo)**, conforme Relatório de Pesquisa de Mercado em anexo.

18. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6, XXVIII alínea “j”)

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do município.

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, quando for o caso.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

Em virtude com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para a análise da conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

Consta no orçamento do exercício de 2026.

Maruim/SE, 23 de dezembro de 2025.

MARIA MANUELA GOMES SOUZA
Secretária Municipal de Administração



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º/2026

Aos _ dias do mês de _____ do ano de 2026, **A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM, ESTADO DE SERGIPE**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 13.109.350/0005-66, com sede na Praça Barão de Maruim S/N, Centro, Maruim- Sergipe, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato, representada pelo Prefeito Municipal, a Senhor xxxxx, brasileiro, **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARUIM, ESTADO DE SERGIPE**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ 11.482.222/0001-04, com sede Rua Alvaro Garcez, S/N Boa Hora Maruim – SE CEP: 49770-000, este ato representado por sua Secretária a Srª XXXXX, **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MARUIM - SERGIPE**, pessoa jurídica de direito público, localizado à Praça Barão de Maruim 66 – Centro, CEP:49770-000, CNPJ N° 14.515.279/0001-50 como **ORGÃOS PARTICIPANTE** e a empresa

_____, inscrita no CNPJ sob o nr. _____, com sede _____, neste ato, representada pelo Sr. _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da Cédula de identidade RG _____ - SSP/ __, inscrito no CPF/MF sob o no _____ - __, residente e domiciliado na _____, e, daqui por diante, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal nº 214/2025 firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS**, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de consumo, especificamente materiais de expediente, a fim de atender as necessidades da Administração Pública, conforme especificações contidas neste Termo de Referência, anexo do Edital do **Pregão Eletrônico SRP nº ____/2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

EMPRESA:	
CNPJ:	FONE/FAX:
END.:	E-MAIL:
REPRESENTANTE LEGAL:	

ITEM	UND.	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ MODELO	VL. UNIT.	VL. TOTAL
TOTAL						

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Prefeitura de Maruim/SE, Fundo Municipal de Saúde de Maruim e Fundo Municipal de Assistência Social de Maruim/SE, serão órgãos participantes.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com o fornecedor registrado na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos prestadores de serviços que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos prestadores de serviços registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou prestadores de serviços que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e prestadores de serviços será divulgado no endereço eletrônico www.maruim.se.gov.br, e publicado no **Diário Oficial do Município** e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou prestadores de serviços remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou prestadores de serviços remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso da prestação dos serviços nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os prestadores de serviços do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou prestadores de serviços que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUM

registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os prestadores de serviços do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

- 8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- 8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da prestação dos serviços decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 - 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
 - 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.4.1. Por razão de interesse público;
 - 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
 - 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 10

10. DAS OBRIGAÇÕES

10.1 Obrigações do Fornecedor Detentor do Preço Registrado

A principal obrigação do fornecedor é o compromisso de fornecer o bem ou serviço nas condições, preços e prazos estabelecidos na Ata e no edital da licitação.

10.2 Compromisso de Fornecimento: Manter a proposta de preço registrada e fornecer os bens ou serviços quando convocado pela Administração, respeitando as condições, especificações e quantidades definidas na ARP.

10.3 Manter as Condições: Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação durante toda a vigência da Ata.

10.4 Aceitação de Contrato/Empenho: Aceitar e retirar a nota de empenho, instrumento equivalente ou assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração, sob pena de penalidades (se não houver justificativa razoável).

10.5 Manter o Preço (Regras de Mercado): Aceitar a manutenção do preço registrado na hipótese de este se



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

tornar inferior aos preços de mercado ou de ser convocado para negociar a redução do preço.

10.6 Execução: Prestar as informações e executar a demanda destinada ao órgão ou à entidade, quando houver o instrumento contratual ou ordem de fornecimento/serviço.

10.7 Obrigações da Administração Pública (Órgão Gerenciador e Participantes)

10.8. Obrigações do Órgão Gerenciador (Responsável pela licitação e pela Ata):

10.9 Gerenciamento da Ata: Administrar e controlar a Ata de Registro de Preços, incluindo quantitativos, saldos e pedidos de adesão (caronas).

10.10 Conduzir Negociações: Liderar as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados, conforme as regras estabelecidas.

10.11 Fiscalização e Penalidades: Aplicar, com garantia de ampla defesa e contraditório, as penalidades cabíveis ao fornecedor em caso de descumprimento das condições da Ata.

10.12 Cancelamento: Deliberar sobre o cancelamento do registro de preços, nos casos previstos na legislação (ex: fornecedor não cumprir as condições ou se o preço se tornar injustificadamente superior ao de mercado).

11. DAS PENALIDADES

11.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

11.2 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.3 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

11.4 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM**

12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (Duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Maruim/SE, _____ de _____ de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM
PREFEITO MUNICIPAL
Órgão Gerenciador

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA
Órgão Participante

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA
Órgão Participante

[inserir razão social da empresa]
[inserir representante legal da empresa] **FORNECEDOR REGISTRADO**

TESTEMUNHAS:

1- _____ Nome:

CPF:

2- _____ Nome:

CPF:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2026

**CONTRATO PARA FORNECIMENTO, QUE ENTRE SI
CELEBRAM, DE UM LADO, A PREFEITURA
MUNICIPAL DE MARUIM E, DO OUTRO, A EMPRESA
XXXXXXX DECORRENTE DO PREGÃO
ELETRÔNICO nº XX/2026.**

O MUNICÍPIO DE MARUIM - ESTADO DE SERGIPE, pessoas jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.109.350/0005-66, com sede na Praça Barão de Maruim S/N, Centro, Maruim-Sergipe, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. **Gilberto Maynard de Oliveira**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, doravante designado **CONTRATADO**, e do outro a empresa **XXXXXXXXX**, inscrito no CNPJ sob o nº **XXXXXXXXXX**, com sede a XXXXXXXXXXXXXXXX, neste ato sendo representado por seu Administrador o XXXXXXXXXXXX, e CPF nº XXXX, apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº xx/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.0. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de consumo, especificamente materiais de expediente, a fim de atender as necessidades da Administração Pública, conforme especificações contidas neste Termo de Referência, anexo do Edital do **Pregão Eletrônico SRP nº /2026**.

1.1. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	UND.	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1						R\$
VALOR TOTAL						R\$

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- I- O Termo de Referência;
- II- O Edital da Licitação;
- III- A Proposta do contratado;
- IV- Eventuais anexos dos documentos supracitados.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM**

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

12.1. O prazo de vigência da contratação será até **xx (xxx) de xxxxxxxxxxxx** iniciando a partir da data de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxx)**;

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- I- A Administração terá o prazo de *30 (trinta) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de *30 (trinta) dias*.
- 8.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.3. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

- (1) Moratória de 0,5% (zero virgula por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 0,5% (zero virgula por cento) a 30% (*trinta por cento*) do valor do Contrato.
- (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 0,5% (zero virgula por cento) a 30% (*trinta por cento*) do valor do Contrato.
- (4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (zero virgula por cento) a 30% (*trinta por cento*) do valor do Contrato.
- (5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (zero virgula por cento) a 30% (*trinta por cento*) do valor do Contrato.
- (6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (zero virgula por cento) a 30% (*trinta por cento*) do valor do Contrato.

10.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

- I- Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUM

- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

10.15. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

10.16. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

10.17. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

10.18. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

10.19. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

I- Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

II- A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5.II.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.20. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

I. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

II. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III. Indenizações e multas.

10.21. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.22. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	AÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURO
xxxx	xxxx	Xxxx	Xxxxx

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM**

14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no sítio eletrônico oficial, na forma prevista no art. 176 da Lei nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Maruim/SE, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Maruim (SE) – XX de XXX de 2026.

**Gilberto Maynard de Oliveira
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

I - _____
II - _____